

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

Relatório de Estágio

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e a Sociedade Civil: discussões sobre os mecanismos institucionais para o reforço da sociedade civil na cooperação para o desenvolvimento.

Mila Ferraz Cunha Vilalva Dezan

Outubro, 2023

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

Relatório de Estágio

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE e a Sociedade Civil: discussões sobre os mecanismos institucionais para o reforço da sociedade civil na cooperação para o desenvolvimento.

Mila Ferraz Cunha Vilalva Dezan

Orientação: Manuel Francisco Pacheco Coelho

Co-orientação: Miguel de Lemos

Outubro, 2023

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste estudo e que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada acadêmica.

Primeiramente, meu mais profundo agradecimento aos meus orientadores, especialmente ao professor Prof. Miguel de Lemos - sua orientação e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

À Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especialmente à equipe da unidade Prospetiva, Reforma de Políticas e Relações Globais da Direção de Cooperação para o Desenvolvimento (FOR-DCD), agradeço por me receberem durante o estágio, que proporcionou uma experiência enriquecedora e valiosa tanto profissional, como pessoal.

Agradeço também aos amigos do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG, cuja colaboração e troca de conhecimentos enriqueceram minha jornada acadêmica. Compartilhar ideias e desafios com vocês foi uma parte especial dessa jornada.

Por último, mas não menos importante, quero estender meu amor e gratidão à minha família, em especial ao meu companheiro. Seu apoio incondicional, paciência e incentivo foram vitais para que eu pudesse concluir este mestrado. Sem vocês, esta conquista não teria sido possível.

Agradeço a todos os amigos que, de perto ou à distância, de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Glossário

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CdP	Comunidade de Prática
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
DCD	Direção de Cooperação para o Desenvolvimento
DG Reformas Estruturais	Direção-Geral de Apoio às Reformas Estruturais da União Europeia (<i>European Commission's Directorate General for Structural Reform Support</i>)
FOR	Prospetiva, Reforma de Políticas e Relações Globais (<i>Foresight, Outreach and Policy Reform Unit</i>)
GR da Sociedade Civil	Grupo de Referência da Sociedade Civil junto ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
MCM	Reunião de Nível Ministerial (<i>Ministerial Council Meeting</i>)
MEAE	Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França (<i>Ministère de L'Europe et des Affaires Étrangères</i>)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Quadro de Diálogo CAD-OSC	Quadro de Diálogo entre o CAD e as Organizações da Sociedade Civil (<i>Framework for Dialogue between the DAC and Civil Society Organisations</i>)
Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil	Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária (<i>DAC Recommendation on Enabling Civil Society in Development Co-operation and Humanitarian Assistance</i>)
SC	Sociedade Civil
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Resumo e palavras-chave

A atual estrutura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem falhado em auxiliar países em desenvolvimento a lidar com os impactos das crises que temos assistido e que convergem diferentes setores – desde a economia, passando pela política, saúde pública e meio ambiente. Ainda, o acirramento das disputas no cenário internacional tem colocado em cheque o papel das instituições multilaterais e aprofundado as discussões sobre sua representatividade e capacidade de responder a cenários cada vez mais complexos, que envolve uma multiplicidade de atores, visões e desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Neste contexto, uma revisão dos papéis exercidos por diferentes atores no âmbito da CID tem ganhado espaço. Declarações, normas e diretrizes internacionais reconhecem a sociedade civil como ator fundamental para o campo por sua capacidade de atuar junto às camadas mais pobres e vulneráveis da população, por estar na linha de frente no combate às desigualdades e na defesa dos direitos humanos, por sua habilidade para identificar obstáculos para a promoção do desenvolvimento social, económico e sustentável, somado à sua habilidade em inovar, elaborar e implementar soluções e respostas rápidas aos inúmeros desafios do setor.

O Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), alinhado com este debate, desenvolveu mecanismos e canais institucionais para assegurar que a sociedade civil tenha voz no desenho de diretrizes para o setor e espaço nos debates do campo. No presente estudo, nos propomos a discutir a implementação destes mecanismos e, para isso, partiremos da perspectiva de observador-participante na análise de atividades realizadas no âmbito de estágio junto à OCDE, especificamente da unidade responsável por coordenar a interlocução do CAD com a sociedade civil. Concluimos que os esforços empregados tem impulsionado o diálogo dos membros do CAD com a sociedade civil e que podem colaborar para que novas vozes e visões participem dos processos de revisão da atual arquitetura da CID.

Palavras-chave: Sociedade Civil, Organizações da Sociedade Civil (OSC), Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

Abstract and keywords

The current structure of International Development Cooperation (IDC) has failed to assist developing countries in addressing the impacts of the crises we have witnessed, which span various sectors – from the economy to politics, public health, and the environment. Moreover, the intensification of disputes in the international arena has called into question the role of multilateral institutions and deepened discussions about their representativeness and ability to respond to increasingly complex scenarios involving a multitude of actors, perspectives, and challenges that transcend national borders.

In this context, a review of the roles played by different actors in the IDC architecture has gained prominence. International declarations, norms, and guidelines recognize civil society as a key partner due to its capacity to work with the poorest and most vulnerable population, its frontline role in combating inequality and defending human rights, its ability to identify obstacles to the promotion of social, economic, and sustainable development, along with its capacity to innovate, develop, and implement rapid solutions and responses to numerous challenges.

The Development Assistance Committee (DAC) of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), aligned with this debate, has developed mechanisms and institutional channels to ensure that civil society has a voice in shaping guidelines and influence discussions regarding IDC. In this study, we aim to discuss the implementation of these mechanisms, and for this purpose, we will take an *observer-participant* perspective in the analysis of activities carried out during an internship with the OECD, specifically within the unit responsible for coordinating DAC's interaction with civil society. We conclude that the efforts made have fostered dialogue between DAC members and civil society and can contribute to new voices and perspectives participating in the review processes of the current architecture of IDC.

Keywords: Civil Society, Civil Society Organizations (CSOs), Development Assistance Committee (DAC), Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), International Development Cooperation (IDC).

Índice

Agradecimentos.....	i
Glossário.....	ii
Resumo e palavras-chave	iii
Abstract and keywords	iv
Índice.....	v
Introdução.....	1
1. Plano de trabalho do estágio e metodologia	6
1.1. Objetivos e atividades do estágio	6
1.2. Metodologia.....	7
1.2.1. Ética e confidencialidade	9
1.2.2. Ponto de observação	10
2. A Sociedade Civil como ator da Cooperação para o Desenvolvimento.....	12
2.1. O conceito de Sociedade Civil.....	12
2.2. Limitações e fragilidades do conceito	14
3. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	17
3.1. CAD e DCD.....	19
3.2. Mecanismos de diálogo entre o CAD e a Sociedade Civil.....	20
3.2.1. Quadro de Diálogo entre o CAD-OSC	22
3.2.2. Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil.....	23
4. Apresentação das atividades realizadas no âmbito do estágio	24
4.1. Reunião anual no âmbito do Quadro de Diálogo CAD-OSC.....	24
4.2. Dias da Sociedade Civil.....	26
4.3. Comunidade de Prática do CAD sobre Sociedade Civil	28
4.4. Pesquisa	30
Conclusão	33
Bibliografia.....	35
Anexo A: Instrumentos legais do CAD	41
Anexo B: Definição de Sociedade Civil para a OCDE e para o CAD.....	43

Introdução

Vivemos em um tempo de múltiplas crises: apesar dos esforços empregados para a elaboração de uma audaciosa agenda conjunta para a construção de um futuro mais justo e sustentável, estamos longe de atingir as metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); a recém-controlada pandemia da Covid-19 intensificou as desigualdades existentes entre as nações e no interior delas, atrasando o progresso para a erradicação da extrema pobreza no mundo; os conflitos seguem aumentando e temos assistido a um aprofundamento das tensões entre as principais potências militares; somado à “dimensão nefasta do avanço tecnológico, com o uso de novas tecnologias para cometer crimes, incitar o ódio, falsificar informações, oprimir e explorar pessoas, e invadir suas privacidades” (Fonseca Junior et al., 2022, p. 5). Esse relato ilustra apenas uma parte de uma extensa lista de temas que contribuem para um momento de instabilidade e incertezas.

No último relatório anual do Secretário-Geral das Nações Unidas, Our Commum Agenda¹, António Guterres reforça que “*In our biggest shared test since the Second World War, humanity faces a stark and urgent choice: a breakdown or a breakthrough*” (United Nations, 2023, p. 3). Entretanto, é importante frisar que “*no country acting alone is able to face those challenges, which are global in scope and unprecedented in scale*” (Zoccal, 2020, p. 2). E é por reconhecermos que essa é uma crise que converge diferentes setores – desde a economia, passando pela política, saúde pública e meio ambiente –, que temos a oportunidade de repensar nossa compreensão sobre desenvolvimento e encontrar novas abordagens capazes de superar os problemas identificados (Saad-Filho, 2023).

A atual estrutura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem, entretanto, falhado em cumprir suas promessas de promover programas capazes de auxiliar países em desenvolvimento a lidar com os impactos da crise climática, com o aumento da pobreza, entre outros impactos causados por outras e crescentes crises a que temos assistido. É, portanto, importante avaliar como melhorar o setor para que seja mais eficiente.

O termo Cooperação Internacional para o Desenvolvimento surge no pós-II Guerra Mundial para coordenar os esforços de reestruturação e recuperação econômica dos países europeus afetados pela guerra, para acompanhar os processos de independência dos países até

¹ Documento de referência para o *Summit of the Future*, evento realizado em setembro de 2023 que reuniu membros das Nações Unidas para discutir como enfrentar os desafios presentes e futuros. Mais sobre o evento em <https://www.un.org/en/summit-of-the-future>.

então colonizados e para apoiar os países do Sul Global² em seus processos de desenvolvimento. Neste período, pautado pela ordem liberal internacional liderada pelos EUA e alguns países europeus, é estabelecido³ um “conjunto das organizações e disposições multilaterais que, a partir de 1945, determinaram as regras da governação global” (Silva, Bernardo, & Mah, 2021, p. 7).

Desde então, tanto o conceito de desenvolvimento, como as ferramentas para sua promoção, “tem vindo a transformar-se em virtude da multiplicidade de temas trabalhados, de atores, bem como devido à diversificação de fontes e tipos de financiamento e das estruturas e fluxos financeiros que o ambiente internacional globalizado tem provocado” (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2018, p. 10). Especificamente para o campo da CID, muito mudou de lá para cá,

“a more diverse constellation of actors expanded its prominence and practices, going beyond the binary division donor – the developed North – and recipient – developing countries from the Global South. The new ecosystem includes now providers from the Global South, and also non-governmental actors such as civil society organisations and the private sector” (Zoccal, 2020, p. 11).

Por mais que organizações que compõe o campo tenham expandido conceitos e práticas para responder às novas configurações do cenário internacional, a ordem multilateral estabelecida, assim como a estrutura de governação global que nela se baseia, tem enfrentado inúmeras críticas. As mudanças realizadas ao longo dos anos, mesmo que reconhecidamente importantes, não foram suficientes para responder as demandas apresentadas, principalmente por atores do Sul Global. As reformas realizadas não revisaram o desenho das instituições a fim de torná-las mais eficientes e representativas, desconsiderando as assimetrias de poder existentes nos processos decisórios, e sem refletir valores e visões de mundo para além das conceições ocidentais de desenvolvimento (Lima & Milani, 2022, p. 14). Reforçam essa ideia Silva, Bernardo e Mah, ao constatarem que

“A (re)emergência económica de países do Sul com prioridades desalinhas da visão dominante do capitalismo liberal, enquanto sistema preferencial de organização social e económica, veio desafiar a liderança e hegemonia económica do Norte e as suas receitas para o desenvolvimento baseadas na sobrevalorização

² De acordo com as Nações Unidas, “*The division of “North” and “South” is used to refer to the social, economic and political differences that exist between developed countries (North) and developing countries (South). Although most of the high income countries are indeed located in the northern hemisphere, it should be noted that the division is not totally faithful to the actual geographical division. A country is defined as North or South not by location, but depending on certain economic factors and the quality of life of its population*” (UN DESA, 2019).

³ Destacam-se instituições como a ONU, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Dentre elas, o Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE com a função de coordenar a CID, enquanto a ONU por definir objetivos tangíveis para o campo (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2018, p. 12).

do papel do mercado e que têm moldado a sua CID no quadro da OCDE-CAD” (Silva, Bernardo, & Mah, 2021, p. 8).

As alterações recentes nas relações internacionais, especialmente a competição EUA-China e a reemergência do nacionalismo em diversos países⁴, tem colocado em cheque o papel das instituições multilaterais e aprofundado as discussões sobre a representatividade da atual estrutura de governação global, sua capacidade de responder a cenários cada vez mais complexos, com uma multiplicidade de atores, visões e desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Entretanto, compartilhamos da ideia apresentada por Fonseca Júnior *et al.* sobre a importância de um multilateralismo robusto e representativo, uma vez que este sistema é

“(…) o único método organizador da cooperação internacional que conta com adesão universal, sendo de grande importância para países de menor poder no cenário internacional. Não seria exagero afirmar que seu enfraquecimento representará um retrocesso civilizacional, dado que foi o método elegido após a Segunda Guerra Mundial que, em alguma medida, cumpriu com seu objetivo. A partir dessa perspectiva, um sistema internacional incapaz de preservar as conquistas essenciais do multilateralismo, corre o risco de degenerar em um retorno a práticas unilaterais sem lastro no direito internacional, baseadas em supremacia militar, econômica ou tecnológica. Num cenário em que as relações econômicas constituem uma rede de maior interdependência entre os países, tal retrocesso será prejudicial à promoção da cooperação em todas as áreas e impactará de forma particularmente negativa os países que não detêm supremacia tecnológica, econômica ou militar” (Fonseca Junior et al., 2022, p. 11).

Para o campo da CID, temos observado que países emergentes e novos doadores não identificam a sua atuação como parte do quadro da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) proposto no âmbito do CAD-OCDE⁵. A Cooperação Sul-Sul como uma alternativa a esse

⁴ De acordo com Lima e Milani, alguns eventos nos ajudam a entender a atual crise do multilateralismo: “(i) a crise financeira de 2008 acelerou o processo de mudança na correlação de forças no plano internacional, superando o cenário do imediato pós-Guerra Fria de vitória do Ocidente e auge de sua influência, em um contexto internacional marcado pela crise da dívida nos principais países do Sul e pela imposição de reformas neoliberais; (ii) a ascensão espetacular da China e, em um primeiro momento, a difusão do poder na direção dos países do Sul; (iii) a competição EUA-China, acirrada a partir de Donald Trump, que passou a considerar a China como o adversário estratégico e ameaça aos interesses dos EUA, reforçando, assim, as tendências unilaterais de Washington; (iv) a reemergência do nacionalismo, o aumento do protecionismo e a introspecção de muitos países importantes, fenômenos que coincidem com a ascensão de governos de extrema-direita que acusam os organismos internacionais de prejudicar os “interesses nacionais”, e de difundir o que alguns desses governos identificam como uma “ideologia globalista” ou, ainda, o “marxismo cultural” das ONU” (Lima & Milani, 2022, p. 13).

⁵ Conceito adotado em 1969 para classificar toda a ajuda financeira oficial (subvenções ou empréstimo a baixo custo) prestada por governos dos países desenvolvidos para a promoção do desenvolvimento econômico e melhoria da qualidade de vida nos países em desenvolvimento (via cooperação bilateral ou via organizações multilaterais). No âmbito do CAD foram definidos os termos e as condições para o financiamento da ajuda, mecanismos para o monitoramento dos aportes, e é realizada uma atualização periódica da lista dos países que podem ser beneficiários da APD, segmentando-os por grupos de acordo com o Rendimento Nacional Bruto (OECD, 2023e). Esta classificação também orienta o investimento de muitos outros atores do campo, como, por exemplo, para definir países prioritários de projetos financiados pelo Banco Mundial, Nações Unidas ou mesmo financiadores privados.

modelo, por si só, é um exemplo das disputas do campo (Zoccal, 2020, p. 2). Mesmo não sendo uma modalidade recente, sua expansão nos últimos anos⁶ somado ao papel exercido pelos BRICS⁷, MIST⁸ e países árabes na CID reforçam as rasuras existentes, impulsionando transformações nas práticas de cooperação dos principais doadores, além de influenciar instituições tradicionais como o Banco Mundial e a OCDE a adaptarem suas políticas e programas à nova dinâmica que se apresenta (Zoccal, 2020, p. 2).

Assim, o desafio que se coloca é o de “preservar o que funciona, rejeitar o obsoleto e renovar o sistema onde necessário” (Fonseca Junior et al., 2022, p. 9). Neste cenário, uma revisão dos papéis exercidos por diferentes atores no âmbito da CID tem ganhado espaço, e discussões sobre a importância da sociedade civil para o campo tem ocupado diferentes palcos. De acordo com a OCDE, a sociedade civil (SC) e organizações da sociedade civil (OSC)

“(…) fill roles as providers of services in development and humanitarian situations. They contribute to policy development through dialogue and advocacy. They are leaders in the promotion and protection of human rights and democratisation. CSOs are appreciated for their experience, expertise, and quick and flexible response. They are also valued for their ability to identify new as well as longstanding and often systemic obstacles to social, economic, and democratic development and for their capacity to innovate, elaborate and implement solutions” (OECD, 2020, p. 16).

Discussões sobre a importância da sociedade civil para a cooperação para o desenvolvimento, entretanto, não são novas. Diversas declarações, normas e diretrizes internacionais⁹ reconhecem a sociedade civil como ator fundamental para o campo por sua capacidade de atuar junto às camadas mais pobres e vulneráveis da população, por estar na linha de frente no combate às desigualdades e na defesa dos direitos humanos, por sua habilidade para identificar obstáculos para a promoção do desenvolvimento social, económico e sustentável, somado à sua capacidade de inovar, elaborar e implementar soluções e respostas rápidas aos inúmeros desafios do setor.

A lista com a classificação dos países elegíveis para receber APD está disponível em www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/daclist.htm.

⁶ “The scale, scope, volume and number of stakeholders of South-South and triangular cooperation continue to witness exponential growth at all levels, underpinned by the promotion of partnership initiatives through mutual learning and the sharing of knowledge, experiences and best practices by Southern actors (UNOSSC, 2020)”. Para mais informações sobre Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular, aceda à página United Nations Office for South-South Cooperation: <https://unsouthsouth.org>.

⁷ Grupo composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁸ Grupo composto pelo México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia.

⁹ Destacamos aqui a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento (2005), Agenda para Ação de Acra (2008), Os Princípios de Istambul para o desenvolvimento da eficácia das Organizações da Sociedade Civil (2010), Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (2011), Agenda 2030 da ONU (2015), Agenda de Ação de Adis Abeba (2015) e Grand Bargain (2016).

O Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, alinhado com este debate e como parte das reformas estruturais que visam reposicionar a OCDE para responder aos desafios atuais para a promoção do desenvolvimento¹⁰, desenvolveu mecanismos e canais institucionais para assegurar que a sociedade civil tenha voz no desenho de diretrizes para o setor e espaço nos debates do campo. A estrutura proposta transcende as relações económicas existentes, uma vez que os doadores membros do CAD já canalizam parte de sua ajuda via OSC. Buscam garantir o protagonismo das comunidades beneficiárias no desenho e implementação de projetos de desenvolvimento, na elaboração de soluções localizadas, facilitar a troca de aprendizagens, além de colaborar com a proteção do espaço cívico ao redor do mundo.

No presente estudo, nos propomos a discutir a implementação dos mecanismos criados no âmbito do CAD para aprofundar o diálogo de seus membros com a sociedade civil e reforçar a atuação destes atores no âmbito da CID. Para isso, partiremos da perspectiva de observador-participante na análise de atividades realizadas no âmbito de estágio junto à OCDE, especificamente da unidade responsável por coordenar a interlocução do CAD com a sociedade civil.

No Capítulo 1 apresentaremos o plano de trabalho do estágio e a metodologia utilizada para recolha e análise das informações. No Capítulo 2 abordaremos a evolução do conceito de sociedade civil. No Capítulo 3 apresentaremos a estrutura da OCDE, especificamente das unidades que acolheram o estágio, assim como os mecanismos formais da organização para fortalecer o seu diálogo com a sociedade civil. No Capítulo 4, interpretamos as atividades realizadas no âmbito do estágio à luz da matriz teórica apresentada nos capítulos anteriores. Por fim, na Conclusão, sistematizaremos os principais achados.

¹⁰ A OCDE passou por mudanças significativas ao longo dos anos para ajustar-se às mudanças na economia global, configuração geopolítica e fazer frente aos desafios de um mundo cada vez mais complexo e interconectado. Em 2001 lançou seu ciclo reformista, reconhecendo que países fora do universo de seus membros apresentavam impacto crescente na economia global, e que a ascensão de grandes economias de países em desenvolvimento poderia alterar a arquitetura da geopolítica mundial, merecendo destaque nas análises, publicações e diretrizes do grupo. Assim, desde 2006 a OCDE intensificou a sua abertura para novos membros, uma vez que poderiam aportar “aprendizado sobre alternativas de políticas públicas, além de maior influência sobre as políticas domésticas de países com crescente peso mundial e sobre a agenda de outros organismos internacionais” (Godinho, 2018, p. 71).

1. Plano de trabalho do estágio e metodologia

O nosso interesse em realizar um estágio na OCDE surgiu do reconhecimento desta ser uma das organizações multilaterais de maior influência no cenário internacional. Destacamos aqui a observação feita por Thorstensen e Gullo (2018, p. 16) que corrobora essa visão. De acordo com os autores, países em desenvolvimento e não-membros “têm buscado alinhar suas políticas às orientações da OCDE, visando a compatibilização de suas reformas econômicas e sociais com as políticas e experiências de países desenvolvidos e, assim, tornarem-se países mais ‘confiáveis’ e ‘transparentes’ para atração de investimentos e parceiros econômicos”. Por sua vez, o CAD é a instância dentro da organização que se debruça sobre o tema do desenvolvimento, estabelecendo as regras para o campo, com o objetivo de promover políticas que contribuam para o combate das desigualdades internas e entre países membros e parceiros, erradicar a pobreza, melhorar os padrões de vida dos países em desenvolvimento e a construir um futuro no qual nenhum país dependa de ajuda (OECD, 2023a).

O estágio, realizado entre os meses de junho e agosto de 2023 na sede da organização em Paris, foi desenvolvido junto à Direção de Cooperação para o Desenvolvimento (DCD), na unidade de Extensão Prospetiva, Reforma de Políticas e Relações Globais (FOR, sigla em inglês), especificamente como parte da equipe responsável por apoiar a interlocução do CAD e da DCD com a sociedade civil.

Reconhecemos, à partida, que a duração do estágio e o fato deste estar inserido em uma unidade específica da organização condiciona, ao limitar, a nossa análise. Não pretendemos aqui discutir a interlocução de todos os Conselhos e unidades da OCDE com a sociedade civil – tal não seria possível dentro da economia deste trabalho, nem tão pouco teríamos dados para tal. Portanto, o estudo está restrito apenas às atividades e temas discutidos no âmbito do estágio, que nos darão subsídios para analisar como o CAD tem estruturado o seu diálogo com a sociedade civil e se os mecanismos institucionais criados no âmbito da instituição têm assegurado a participação efetiva da sociedade civil no desenho de diretrizes para a CID.

1.1. Objetivos e atividades do estágio

O plano de trabalho foi elaborado em diálogo com a coordenadora da área de sociedade civil de FOR-DCD e foram definidos como objetivos do estágio:

- 1) Apoiar o fortalecimento do diálogo e a cooperação do CAD e da DCD com a sociedade civil;

- 2) Contribuir para que os membros do CAD implementem políticas e práticas mais eficazes para a capacitação e o fortalecimento da sociedade civil;
- 3) Assistir a DCD na implementação do plano de trabalho aprovado para o biênio 2023-2024.

Para atender aos objetivos, foram propostas as seguintes atividades:

- Realizar pesquisas e análises de políticas e programas de CID relacionados a promoção e proteção da sociedade civil e do espaço cívico, particularmente dos países doadores membros do CAD;
- Contribuir para a integração efetiva de princípios e práticas relacionadas com a promoção do diálogo e engajamento com a sociedade civil em todas as esferas e mecanismos de atuação do CAD e da DCD, usando como referência as diretrizes da Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil;
- Colaborar para que o engajamento com atores da sociedade civil se torne mais sistemático nos processos da OCDE, incluindo as perspectivas destes atores em produtos e políticas propostas pela organização;
- Apoiar a organização e condução de eventos e reuniões da DCD e do CAD com OSC;
- Preparar *briefings*, pontos de discussão, apresentações, atas de reuniões e relatórios das atividades desenvolvidas pela unidade;
- Contribuir para a horizontalidade e melhoria do trabalho da equipe, promovendo uma colaboração efetiva com outros profissionais membros das equipes da DCD e de outras diretorias da OCDE.

1.2. Metodologia

Para a coleta e análise de dados utilizamos metodologia qualitativa, uma vez que esta “procura a compreensão do mundo social, constituído por significados que são construídos pelo homem, o que faz com que a realidade não seja única e acabada, mas sim múltipla e complexa” (de Grande, 2007, p. 108). A técnica selecionada foi a de observador-participante, somada com revisão bibliográfica e consultas a fontes de dados secundários para apoiar a fundamentação teórica.

Por observador-participante entendemos o

“(...) processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador; no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (Deslandes & Gomes, 2007, p. 70).

No nosso caso, observamos o funcionamento de uma organização, e tivemos como nossos interlocutores o seu corpo técnico, seus membros, e atores da sociedade civil que incidem nessa esfera. Nosso campo, portanto, foi o escritório da organização em Paris, onde pudemos acompanhar a rotina da implementação de normativas e recomendações para o fortalecimento do diálogo do CAD com a sociedade civil. Entretanto, nossa análise não se restringe apenas aos acontecimentos daquele espaço físico, uma vez que ele foi meio para acedermos a informações e debates mais amplos. “Campo, portanto, é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes” (Spink, 2003, p. 28). Ainda de acordo com Spink, sua definição de campo-tema nos ajuda a dimensionar a técnica utilizada:

“Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades” (2003, p. 36) .

Durante o período do estágio, a participação em eventos e reuniões de outras unidades da OCDE contribuíram ainda para que pudéssemos ter uma visão mais ampla do trabalho realizado pela organização. E por estarmos inseridos neste contexto, conversas com a equipe, favorecidas pela dinâmica do trabalho presencial, também influenciaram nossa análise sobre o funcionamento, estrutura e atuação da organização. As questões éticas associadas ao uso dessas informações serão tratadas infra.

Ao longo dos três meses do estágio, registamos as atividades realizadas, assim como observações e considerações iniciais, para análise futura. As atividades serão apresentadas em ordem cronológica, complementadas com dados e fontes de natureza teórica, que nos darão suporte para a interpretação do conteúdo, atribuindo um grau de significação mais amplo às experiências vividas (Deslandes & Gomes, 2007, p. 90).

1.2.1. Ética e confidencialidade

Importante destacar que parte do conteúdo acedido ao longo do estágio é de uso restrito da OCDE e de membros do CAD. Assim, respeitando as normas éticas académicas e os preceitos legais do acordo firmado entre o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e a OCDE¹¹, faremos referência apenas aos documentos e dados públicos, informações que poderão ser consultadas livremente em páginas da organização na *internet*, das agências de cooperação ou de órgãos governamentais dos Estados citados, em publicações oficiais da OCDE e de seus membros, assim como publicações de OSC e publicações académicas sobre a área.

Outra questão ética importante é quanto ao uso das informações acedidas por meio da perspectiva de observador-participante. Como reforça Bernardo Almeida,

“While the role of insider gives one privileged access to otherwise closed worlds, it also challenges the position of researchers in assessing which data they can or should use, where researchers must reflect on the level of consent given by their colleagues/participants and ponder on the impact that their research will have on the social relationships developed, and on their object of study. As described by Mosse, ‘the same boundaries that kept us out [keep] us in’ (2006: 936)¹²” (Almeida, 2022, p. 11).

Para mitigar riscos e questões éticas do uso das informações coletadas, informamos a supervisora direta do estágio, assim como os colegas da unidade, que o TFM seria apresentado como Relatório de Estágio. Ao final do estágio, tivemos a oportunidade de conversar com a supervisão e colegas sobre o trabalho realizado e sobre as questões que surgiram ao longo daquele período. Ou seja, o que será aqui exposto foi compartilhado com a equipe, mesmo que de forma menos estruturada ou fundamentada. Entretanto, optamos por omitir detalhes e episódios que possam, de alguma forma, identificar as pessoas envolvidas ou constranger aqueles com quem nos relacionamos ao longo deste período.

Reconhecemos que a existência de conteúdo confidencial ou limitações para o uso de informações a que tivemos acesso restringe algumas discussões, mas buscamos abordar os

¹¹ De acordo com o *Memorandum of Agreement for an internship at the OECD*, celebrado entre o ISEG da Universidade de Lisboa (ULisboa) com a OCDE, “3.4 Interns shall not disclose to any third party, including the Sending Institution, information of the Organisation defined as and deemed to be confidential. This duty of confidentiality shall remain applicable after the completion of the internship. In addition, Interns shall not make public statements relating to the fields of activity of the OECD”.

¹² Mosse, David (2006). ‘Anti-social Anthropology? Objectivity, Objection, and the Ethnography of Public Policy and Professional Communities’ in *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 12: 935–956.

temas mais relevantes para que não houvesse prejuízo para a elaboração de um relatório relevante, salvaguardando o trabalho da unidade que gentilmente acolheu o estágio.¹³

1.2.2. Ponto de observação

Como afirma Deslandes e Gomes, “(...) não existe uma ciência neutra. Toda ciência – embora mais intensamente as Ciências Sociais – passa por interesses e visões de mundo historicamente criadas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seus próprios autores” (2007, p. 13). Na mesma linha, Bilgen, Nasir e Schöneberg refletem sobre a importância de assumirmos os nossos pontos de observação ao realizarmos pesquisas no campo do desenvolvimento:

“In recent decades, an increasing number of qualitative researchers, from critical, feminist, post-structural, and postmodern perspectives, have challenged the idea of excluding the self from research and employed reflexivity as a methodological tool in their works (Pillow, 2003, 176)¹⁴. Reflexivity can be simply defined as “self-critical sympathetic introspection and the self-conscious analytical scrutiny of the self as researcher” (England 1994, 244, emphasis original)¹⁵. By taking a reflexive stance, researchers acknowledge their positionalities and how their characteristics “affect both substantive and practical aspects of the research process – from the nature of questions that are asked, through data collection, analysis and writing, to how findings are received” (Carling, Erdal, and Ezzati, 2014, 37)¹⁶. They become aware of what kind of roles their multiple positionalities in terms of their age, class, ethnicity, gender, language, marital status, nationality, parental status, profession, and religious beliefs play throughout the research process (Ergun and Erdemir, 2010, 18–19)¹⁷” (2021, p. 523).

Avaliamos, portanto, que informações sobre nossa trajetória profissional contribuiriam para justificar a seleção dos temas e análises que serão apresentadas neste estudo. Compusemos a equipe de OSC que atuam na defesa de direitos humanos, com a oportunidade de participar de diferentes projetos de cooperação Sul-Sul¹⁸. Assim, ao integrarmos a equipe da OCDE,

¹³ Note-se ainda que mantemos o contacto com a equipe da OCDE e que, no momento em que este trabalho foi desenvolvido, fui contratada como consultora da organização. Também por isso as questões éticas se justificam, não apenas para mediar as relações passadas, como para pautar as relações futuras.

¹⁴ Pillow, Wanda. 2003. “Confession, Catharsis, or Cure? Rethinking the Uses of Reflexivity as Methodological Power in Qualitative Research.” *International Journal of Qualitative Studies in Education* 16 (2): 175–196.

¹⁵ England, Kim V. L. 1994. “Getting Personal: Reflexivity, Positionality, and Feminist Research.” *The Professional Geographer* 46 (1): 80–89.

¹⁶ Carling, Jørgen, Marta Bivand Erdal, and Rojan Ezzati. 2014. “Beyond the Insider–Outsider Divide in Migration Research.” *Migration Studies* 2 (1): 36–54.

¹⁷ Ergun, Ayça, and Aykan Erdemir. 2010. “Negotiating Insider and Outsider Identities in the Field: ‘Insider’ in a Foreign Land; ‘Outsider’ in One’s Own Land.” *Field Methods* 22 (1): 16–38.

¹⁸ Os programas de Cooperação Sul-Sul tiveram como foco principal os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Os projetos tiveram por objetivo facilitar a troca de experiências entre organizações do Brasil e dos PALOP na proteção dos direitos humanos – assessorar ativistas de direitos humanos dos PALOPS a mapear organizações brasileiras, atuando no mesmo tema, para que entrassem em contato com experiências e inovações que pudessem ser adaptadas

especificamente da unidade que apoia os membros do CAD em sua interação com a sociedade civil, deixamos de ser o objeto de análise para apoiar a organização em como fortalecer o diálogo com grupo do qual, até então, fazíamos parte.

Ter experiência profissional no campo foi útil para a função desempenhada, uma vez que nossa familiaridade com os temas - tanto por acompanharmos projetos implementados no Brasil¹⁹, como em outros países do Sul Global – permitiu acompanhar e contribuir com os debates propostos no âmbito do estágio. Assistir e participar de discussões das quais eu já fazia parte, mas por uma nova perspectiva, foi extremamente enriquecedor e sobre essa experiência que refletiremos nos próximos capítulos.

para seus países de origem; identificar potenciais parceiros e contatar financiadores para projetos futuros. Em outro programa, apoiamos a realização de pesquisas sobre o direito à educação em cada um dos PALOP, cujos dados subsidiaram a elaboração de ações de *advocacy* de acordo com os diferentes contextos políticos, sociais e culturais.

¹⁹ No Brasil, as últimas experiências estiveram vinculadas a projetos no campo dos Direitos Humanos e Empresas, com o intuito de garantir que políticas públicas e praticas empresariais respeitem e protejam os direitos das populações impactadas pelos negócios.

2. A Sociedade Civil como ator da Cooperação para o Desenvolvimento

A sociedade civil é parte da cooperação para o desenvolvimento desde que esse modelo de cooperação existe (OECD, 2020, p. 26). Para garantir a efetiva participação destes atores na CID, organizações multilaterais têm elaborado mecanismos e recomendações para que seus membros trabalhem mais próximos da sociedade civil, reforçando a importância desse grupo para o cumprimento dos ODS, e protegendo sua atuação, principalmente em contextos no quais o espaço cívico tem sofrido ataques ou onde haja constrangimentos para a livre associação e manifestação.

Nesta sessão, apresentaremos a evolução do conceito de sociedade civil, assim como as fragilidades da aplicabilidade do conceito em contextos não-ocidentais. Pretendemos com isso, ao final deste estudo, discutir as limitações desta definição para fortalecer a participação da sociedade civil no âmbito da CID.

2.1. O conceito de Sociedade Civil

O conceito de sociedade civil é vago e sua definição tem mudado ao longo do tempo de acordo com diferentes correntes do pensamento, momentos históricos e interesses envolvidos (Chandhoke, 2007, p. 607). Discussões sobre o seu significado sempre estiveram presentes nos debates político e filosófico como meio para a compreensão de questões mais amplas, como direitos e responsabilidades dos cidadãos, autonomia individual e aspirações coletivas, pluralismo político e modelos para que sociedades complexas funcionem com eficiência e justiça, entre outros (Edwards, 2020, p. 6).

Discussões sobre *o que é e qual é o papel* da sociedade civil remontam a Grécia Antiga, em debates sobre a composição do tecido social e dinâmica política no âmbito das cidades-estados. Para o pensamento clássico, “*civil society and the state were seen as indistinguishable, with both referring to a type of political association governing social conflict through the imposition of rules that restrained citizens from harming one another*” (Edwards, 2020, p. 6). Entretanto, as estruturas conceituais atuais sobre SC partem de influências teóricas mais recentes²⁰ e duas correntes acabaram por dominar o entendimento do termo. SC pode ser entendida como parte da sociedade, um contrapeso às crescentes capacidades do Estado moderno, garantindo que atores sociais interajam com o Estado não para subvertê-lo, mas para

²⁰ Por acadêmicos e políticos britânicos do século XVII, e por pensadores e políticos do século XX (Whaites, 2000).

refinar suas ações e melhorar sua eficiência. Para essa vertente, grupos da SC se unem livremente em coalizões pautadas por grandes questões/temas, em oposição à ideia de sociedade tradicional, unida por vínculos de etnia, língua ou religião (Whaites, 2000). Por outro lado, SC pode ser entendida como espaço de resistência e de legitimação da ordem estabelecida, arena para confrontar e construir novos ideais políticos, estando entre a estrutura econômica e a estrutura do Estado (Kamruzzaman, 2020).

Com o final da Guerra Fria o tema voltou a ter destaque ao se observar a participação de setores da sociedade nos processos de redemocratização dos países do Leste Europeu e Ásia após o declínio da União Soviética, como também nos processos de transição democrática em diversos países da América Latina que estiveram, até então, sob regimes ditatoriais. O colapso do bloco socialista foi proclamado pelo Ocidente como uma vitória da liberdade, triunfo da democracia e superioridade do modelo capitalista, entendimento que também impulsionou o surgimento de OSC focadas na promoção de direitos pautados por valores liberais (Urinbojev & Eraliev, 2022). Nesse contexto, estudar o papel da SC proveria acadêmicos e políticos de instrumental teórico capaz de ajudá-los a compreender os “significados da participação política dos indivíduos e de OSC na determinação dos assuntos de interesse público” (Acco, 2002).

Usando como referência contextos de regimes políticos autoritários, a ideia de SC adquiriu um cunho um pouco mais subversivo, representando indivíduos e grupos dispostos a desafiar o Estado por meio de métodos pacíficos e não violentos: greves, manifestações, disseminação de informações e formação de grupos e fóruns de discussão (Chandhoke, 2007). A promoção da democracia tornou-se a agenda central da SC, o que também contribuiu para a promoção e propagação do modelo neoliberal a partir da década de 1990 (Kamruzzaman, 2020).

De acordo com Kamruzzaman, essa evolução do conceito passou a retratar a SC como “progressista, esclarecedora e emancipatória” (2020, p. 6), responsável por apontar as falhas do mercado e por monitorar o Estado quando este falha em prestar serviços públicos básicos aos seus cidadãos. Essa ideia foi acatada por diferentes atores sociais políticos ao avaliarem, especialmente nos países em desenvolvimento, onde o Estado não foi capaz de prover padrões mínimos de vida (Chandhoke, 2007), que seria pela SC que se poderia garantir o fortalecimento de mecanismos de gestão eficientes e transparentes, além de acesso à direitos fundamentais.

Essa trajetória levou à construção da concepção mais comumente aceita para descrever SC: (a) composta por cidadãos politicamente ativos, que participam da vida política por meio do exercício de seus direitos; (b) sendo essa participação cidadã voluntária e livre de qualquer vínculo com o Estado, família e de outros laços comunitários. É também frequentemente

definida (c) como um conglomerado de organizações não-governamentais que atuam de forma voluntária e sem fins lucrativos, (d) e a sua promoção passou a ser vista como parte do processo de *empoderamento* de grupos de oposição, que mobilizam cidadãos face a regimes não democráticos e em busca da garantia de direitos (Urinboyev & Eraliev, 2022).

Entretanto, Acco (2002, p. 191) aponta que as abordagens que pautaram essa visão de SC não consideraram “formas alternativas de relações sociais que não as padronizadas pelo modelo liberal-individualista ocidental de rígida separação entre SC e Estado”, impedindo análises mais complexas relacionadas ao conceito, defendendo a importância de utilizarmos entendimentos mais amplos do termo como parte do instrumental teórico da área.

2.2. Limitações e fragilidades do conceito

A construção da ideia de SC está pautada pelo pensamento ocidental, tendo sido construída em grande medida a partir do contexto e por teóricos e pensadores europeus (Kamruzzaman, 2020). Como conceito, parte do pressuposto que para o bom funcionamento do sistema democrático deve existir uma SC capaz de monitorar o poder do Estado, dialogar com os seus mecanismos e fiscalizar suas ações por meio da atuação cidadã intencional e engajada (Chandhoke, 2007). Ainda, parte da ideia de que a SC é uma instância distinta do Estado, constituída por “indivíduos iguais, autônomos, racionais e detentores de direitos inalienáveis” (Acco, 2002, p. 191). Entretanto, para muitos países do Sul Global, os preceitos necessários para que essa concepção seja válida ainda são frágeis ou inexistentes (Kamruzzaman, 2020).

De acordo com Edwards (2020), as diferenças significativas entre o que podemos observar como SC no Norte e no Sul Global partem já da formação do Estado, esfera chave para a utilização do conceito. Muitos dos países que hoje são classificados como *em desenvolvimento* e que compõe o mundo não-ocidental são ex-colônias, cujos processos de exploração tiveram impactos significativos na composição de suas economias, além de estruturas que regem a vida política e social construídas de forma artificial, pautada pela lógica do colonizador, cujos resquícios permaneceram ao longo da história. Especificamente sobre o contexto africano, e usando como marco a colonização, Kamruzzaman (2020, p. 9) entende que:

“(...) that civil society, as we know it, reflects the political reality and evolution of Western society that has ‘limited explanatory power’ to explain the complexities of African associational life because of its inability to understand the domination of predatory state, the characteristics of class and ethnicity along with the operational modes of informal organisations.”

Outro tema importante apresentado pelo autor ao criticar a adequação do conceito para além do mundo ocidental é o fato de, na maior parte dos países do Sul Global, ser possível observar uma estreita relação entre Estado, religião e sociedade civil. De acordo com Kamruzzaman (2020), nestes territórios, pertencer ou ter uma crença religiosa não é uma questão de escolha, faz parte da constituição da identidade individual, fora o fato de grupos religiosos serem parte importante, se não fundamentais, da dinâmica social, contrapondo a ideia do aspeto voluntário da participação cidadã em esferas que dialoguem diretamente com as dinâmicas do Estado e do mercado. Reforça essa ideia Acco (2002, p. 194) ao apontar que “os indivíduos não deixam suas crenças religiosas, ideológicas, políticas etc. do lado de fora ao adentrarem espaços públicos, antes, pelo contrário, tais espaços são eles próprios moldados por normas já impregnadas por valores concorrentes”.

Urinboyev e Eraliev (2022) reforçam em seu artigo que a forma mais amplamente utilizada para descrever SC não reconhece formas tradicionais e indígenas de organização social, sendo incapazes de compreender a complexidade de contextos não-ocidentais. Os autores, ao analisarem a SC presente em países da Ásia Central, concluem que a maior parte dos estudos publicados até o momento concentram sua análise na ideia de SC politicamente orientada e/ou reivindicativa, e pouco em formas de organização ancoradas no legado administrativo islâmico e nas tradições seculares de autogoverno comunitário e ajuda mútua, características imprescindíveis para explicar a dinâmica político e social local.

A aplicabilidade do conceito pautado na visão ocidental também deixa de fora formas de organizações sociais relevantes para contextos não democráticos, ou seja, para muitos países do Sul Global. Urinboyev e Eraliev (2022) concordam que em regimes autoritários há pouco espaço para que OSC e cidadãos possam atuar de forma livre e segura, o que não quer dizer que não exista resistência em outras esferas sociais, mais distantes das restrições impostas, e com o potencial de redefinir e influenciar as relações Estado-sociedade a longo prazo. Seria necessário, portanto, que o conceito de SC olhasse também para organização em esfera/escala micro, para iniciativas organizadas de forma espontânea e informal e para a sua interação com o ambiente político doméstico. De acordo com os autores,

“(...) we must also focus on covert and spontaneous micro-political operations that take place at the bottom of society, where individuals frequently challenge the laws and institutions of the state. Although these micro-level operations pose no direct challenge to the state, they carry the potential to redefine state–society relations and even the everyday social order in the longer term.” (Urinboyev & Eraliev, 2022, p. 494)

Ampliar a compreensão do termo garantiria que o entendimento de SC não ficasse reduzido a um mecanismo para a promoção da democracia e da boa governança (Kamruzzaman, 2020), principalmente porque a simples existência de uma SC não garante a prevalência de ideais e projetos democráticos em determinada sociedade, ela apenas “fornecerá aos atores os valores, o espaço e a inspiração para lutar pela democracia” (Chandhoke, 2007).

A utilização de abordagens multidisciplinares para o avanço da compreensão sobre SC pode ser um caminho, trazendo para o debate “aspectos associados aos valores, ideias, práticas e instituições específicas (...) que constituem as formas de cooperação, confiança e reciprocidade de todas as comunidades humanas” (Acco, 2002, p. 193), e reconhecendo que

“todas as formas de participação cotidiana em um amplo conjunto de atividades sociais, direta ou indiretamente ligadas a questões orientadas ao Estado e mesmo que aparentemente triviais, como a participação numa liga de futebol amador, a conservação comunitária de praças ou o ensaio no coral comunitário, são atividades importantes para a constituição da vida associativa da sociedade. E que, poder-se-ia acrescentar, podem propiciar ensinamentos preciosos para outras atividades mais explicitamente políticas” (Acco, 2002, p. 196).

3. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Fundada em 1960²¹, a OCDE é uma organização multilateral que conta com 38 Estados-membros²² e tem como missão “*to build better policies for better lives*” (OECD, 2023f). Suas atividades compreendem “(i) o levantamento de estatísticas e elaboração de estudos e análises; (ii) discussão sobre políticas públicas e intercâmbio de experiências nacionais; (iii) negociação eventual de instrumentos; e (iv) avaliação de políticas públicas e compromissos nacionais, no marco de revisões por pares” (Godinho, 2018, p. 38).

Três pilares complementares compõe sua estrutura: (i) o Conselho, que ocupa posição central na estrutura decisória da OCDE²³, é responsável por definir a agenda de trabalho, as estratégias da organização e seus instrumentos legais; (ii) os Comitês, espaços de diálogo entre representantes dos Estados membros, países convidados, organizações parceiras e especialistas em diferentes temas para a elaboração de soluções, práticas e políticas para as áreas de atuação da organização; (iii) e o Secretariado, composto por Diretorias, Departamentos e Centros²⁴, responsável por assessorar o Conselho e os Comitês da OCDE na implementação de suas estratégias e do plano de trabalho (OECD, 2023g).

Como a organização não aplica sanções ao incumprimento de seus instrumentos legais e não tem função regulatória, exerce sua influência via promoção de fóruns permanentes de debates, por meio do monitoramento da implementação de suas Decisões e Recomendações, da recolha, análise e disseminação de dados, definição de normas e padrões globais de qualidade, além de oferecer assistência técnica especializada para outros grupos como a Organização

²¹ Sobre a história da OCDE, consultar as publicações de Cozendey (2017), Godinho (2018), Thorstensen e Gullo (2018) e Woodward (2004), referenciadas na bibliografia deste estudo. Vale destacar que, para a celebração de seus 60 anos, em 2021 a OCDE publicou a visão da organização para a próxima década: segue comprometida a desenvolver políticas que promovam o crescimento económico sustentável e inclusivo, dentro e fora da organização, reafirmou o seu compromisso com a preservação da liberdade individual, valores democráticos, Estado de Direito e Direitos Humanos, assim como com a manutenção de economias de mercado abertas, competitivas, sustentáveis e transparentes (OECD, 2021, p. 5).

²² Ver lista de membros em <https://www.oecd.org/about>.

²³ Os Estados-membros tem grande influência na direção da organização, uma vez que via Conselho: “(i) as delegações permanentes junto à OCDE promovem alinhamento entre o programa de trabalho da Organização e as prioridades nacionais; (ii) os Estados-membros financiam as atividades da Organização, por meio de suas contribuições regulares e voluntárias ao orçamento; (iii) representantes governamentais dos membros presidem a maior parte dos comitês e grupos de trabalho da OCDE, nos quais as principais atividades são conduzidas; e (iv) representantes dos países-membros, reunidos no Conselho da Organização, são responsáveis pela designação do secretário-geral.” (Godinho, 2018, p. 35)

²⁴ Lista disponível em www.oecd.org/about/document/list-of-departments-and-special-bodies.htm.

Mundial do Comércio (OMC), o G7²⁵, G20²⁶ e diferentes agências da ONU, influenciando a elaboração de políticas também no âmbito dessas organizações e grupos (Woodward, 2004).

Porque os países adotam voluntariamente as Decisões e Recomendações propostas, “o *enforcement* dá-se pela vigilância multilateral, acompanhamento e monitoramento entre pares, que possuem interesses comuns no alcance de resultados” (Thorstensen & Gullo, 2018, p. 13). O processo de avaliação por pares (*peers reviews*), portanto, é componente central do método de trabalho da OCDE, pois avalia o desempenho de cada país no cumprimento e implementação dos instrumentos legais por eles aderidos. Esse exercício permite que os países comparem experiências nacionais, estabeleçam boas práticas globais, debatam a aplicabilidade das soluções em diferentes contextos, além fundamentar recomendações propostas por esse mecanismo para melhorias das políticas avaliadas. Reforça esse método de trabalho as publicações, meio pelo qual a informação coletada e analisada é disseminada, junto com recomendações específicas sobre os temas de atuação da organização.

Por reunir uma diversidade de atores e manter reuniões periódicas sobre as áreas que supervisiona, os Comitês são parte fundamental do trabalho da OCDE. Esta esfera é responsável por tecer redes de conhecimento, promover a troca de experiências sobre políticas públicas e construir caminhos conjuntos para superação dos problemas compartilhados entre os pares, com “alta capacidade de influência sobre a condução de políticas domésticas e internacionais” nos temas que abrange (Godinho, 2018, p. 37).

A OCDE conta com mais de 300 Comitês, Grupos de Trabalho e Grupos de Peritos nos temas em que atua²⁷, sobre os quais não vamos nos aprofundar aqui. Nós nos ateremos apenas ao Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD) e a Direção de Cooperação para o Desenvolvimento (DCD)²⁸, unidades que acolheram o estágio.

²⁵ Grupo que reúne os sete países democráticos mais desenvolvidos economicamente: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

²⁶ “(...) criado em 1999, é um fórum de discussões composto pela União Europeia e mais dezenove economias (Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, África do Sul e Turquia) que, somadas, correspondem a 85% do produto bruto global, dois terços da população mundial e 75% do comércio internacional” (Thorstensen & Gullo, 2018, p. 18).

²⁷ A lista dos Comitês, assim como de seus órgãos subsidiários, está disponível em <https://oecdgroups.oecd.org>.

²⁸ Diferentes unidades da OCDE atuam com o tema Desenvolvimento. Por meio de pesquisas, coleta e análise de dados e apoio para a elaboração de políticas e diretrizes para a área, visam contribuir para o avanço dos objetivos propostos pela Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (OECD, 2023b). Para informações sobre o cluster Desenvolvimento, acesse a página www.oecd.org/development/about-the-oecd-development-cluster.htm.

3.1. CAD e DCD

O CAD, desde sua criação em 1961, é o principal fórum internacional de doadores, instância que molda a agenda da CID por meio de orientações políticas e diretrizes para o setor. Conta atualmente com 32 membros²⁹, sendo o único Comitê da OCDE que não está aberto a todos os países que compõe a organização, uma vez que a adesão está condicionada aos seguintes critérios: (a) possuir legislação específica, estratégias e políticas para a CID; (b) medir e divulgar dados sobre a ajuda prestada, usando como parâmetro rácio APD/PIB (acima de 0,20%) ou volume das doações (acima de USD 100 milhões); (c) estar comprometido com os acordos internacionais relacionados à CID e a implementar os instrumentos e mecanismos legais do CAD; e (d) contar com um sistema próprio de monitoramento e avaliação de sua performance (OECD, 2023a).

A DCD, por sua vez, é a unidade do Secretariado responsável por apoiar o CAD na implementação de seu plano de trabalho, elaboração de diretrizes e normas para a CID e por garantir o impacto, eficácia e transparência do trabalho realizado no âmbito do Comitê. É também responsável pela construção de consensos entre os membros, assim como pela articulação e fortalecimento do diálogo destes com outros atores da CID (OECD, 2023c).

Anualmente o CAD, por meio da DCD, sistematiza dados, avalia e publica análises sobre a APD, traçando o perfil de seus membros quanto ao volume da doação e a alocação dos recursos por ator, área geográfica e tema³⁰. Nos últimos anos também tem monitorado os recursos aportados por atores estratégicos não-membros para melhor compreensão do setor, apresentando estimativas da APD de países como a China, Índia e Catar, assim como de organizações privadas e filantrópicas, ajustando os dados para que sejam comparáveis com a APD, uma vez que o setor tem ganhado espaço e influenciado a CID (OECD, 2018). A publicação nos permite olhar para mudanças no setor ao longo dos anos e mapear tendências, já que a é uma importante ferramenta de política externa e indica interesses envolvidos na atuação dos doadores no cenário internacional.

²⁹ Lista dos membros do CAD disponível em <https://www.oecd.org/dac/development-assistance-committee>.

³⁰ A última versão do *Development Co-operation Profiles*, publicada em 2023 com dados de 2022, está disponível em www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-profiles_2dcf1367-en

Visando ampliar o seu impacto, o CAD tem participado de debates e elaborado projetos com atores para além de seus membros³¹, especificamente com a sociedade civil, países árabes³² e latino-americanos³³.

3.2. Mecanismos de diálogo entre o CAD e a Sociedade Civil

O CAD, reconhecendo a importância das OSC para a CID, tem desenvolvido mecanismos institucionais para assegurar que esses atores tenham voz no desenho de diretrizes para o setor e espaço nos debates do campo. Em 2011, a DCD publicou estudo avaliando como os membros do CAD atuam com OSC e fez sugestões para melhorar a eficácia e eficiência dessa colaboração. O documento reconhece que OSC canalizam parte significativa da APD, além de captarem recursos com atores privados para a implementação de projetos de acordo com uma agenda própria. O estudo reforçou que *“the challenge that donors and developing countries face is to find ways to work with CSOs that recognise their status as actors in their own right even when they receive official development assistance³⁴ and act as channels for ODA”* (OECD, 2011, p. 11).

No ano seguinte, foi publicado o primeiro documento orientador do CAD nesta área - *Partnering with Civil Society: 12 Lessons from Peer Reviews³⁵*. De acordo com a publicação,

“All DAC members work with civil society organisations and both are well placed to be partners for development. DAC members’ policies and practice in engaging with civil society are part-and-parcel of an enabling environment for civil society worldwide. CSOs and DAC members often share the same objectives of reducing poverty and inequality in developing countries and encouraging democratic processes, including strengthening civil society. DAC members value CSOs as partners when they have grass-roots knowledge of needs in developing countries, expertise in specific sectors, knowledge of public opinion and as advocates for human and civil rights, fighting poverty and environmental degradation, improving public governance and making international policies more development-friendly” (OECD, 2012, p. 6).

³¹ Faz parte da agenda estratégica do CAD ampliar o diálogo e a cooperação com o Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul, uma vez que além doadores, são também parceiros de países em desenvolvimento em projetos de Cooperação Sul-Sul e Triangular, mecanismos complementares à cooperação bilateral Norte-Sul, e aportam inovações importantes para a arquitetura da CID. Documento *Strategic Vision for DAC Outreach and Engagement 2023-24* está disponível em www.oecd.org/dac/dac-global-relations/dac-global-relations-strategy.htm.

³² *Arab-DAC Dialogue on Development*: www.oecd.org/dac/dac-global-relations/arab-dac-dialogue.htm.

³³ *LAC-DAC Dialogue on Development Co-operation*: www.oecd.org/dac/dac-global-relations/promotingdialoguebeyondthedac.htm.

³⁴ Termo em inglês para APD.

³⁵ Usando como referência os resultados das avaliações por pares e exemplos da atuação de seus membros, as orientações estão divididas em três eixos: (i) quadro estratégico; (ii) suporte efetivo e (iii) aprendizado e responsabilidade/prestação de contas, e aborda temas como o fortalecimento de OSC em países em desenvolvimento, como selecionar parceiros de acordo com os seus objetivos, mecanismos mais flexíveis para financiamento da sociedade civil, construção de parcerias efetivas, transparência e avaliação.

Entretanto, o documento reconhece que os membros do CAD “*face challenges in navigating and understanding the complex world of civil society and in balancing respect for the independence of CSOs with the conditions they attach to funding*” (OECD, 2012, p. 8).

Em 2017, foi criada unidade específica³⁶ para apoiar a atuação do CAD para o fortalecimento e proteção da sociedade civil. Como parte dos esforços desta equipe, uma nova pesquisa foi realizada para identificar como os países doadores apoiam e trabalham com atores da sociedade civil em seus países e nos países parceiros (OECD, 2020). A pesquisa concluiu que existiam convergências em como os membros definiam OSC, assim como diferenças que poderiam impedir uma coerência da atuação do grupo:

“Civil society is the collection of CSOs and other semi-formal and non-formal groupings through which people associate. Civil society is also a sphere or space in which CSOs and other groups interact with each other and with others. While there is commonality in member definitions of CSOs (and in definitions of non-governmental organisations or NGOs), there are also differences, especially in the degree to which the definitions reflect the diversity of civil society actors. Members rarely define civil society. Defining civil society and CSOs is not always straightforward because of the diversity of forms of organisation and association across the civil society sector. However, the absence of a common definition may impede member coherence in implementing the action points offered in this study. Additionally, member definitions of CSOs and civil society that are not broad and inclusive may prevent members from engaging with the range of formal and informal groupings that comprise the civil society sector” (OECD, 2020, p. 17).

A pesquisa também constatou que a maioria dos membros do CAD apresentavam em seus documentos orientadores para CID menções à OSC, mas reconhece que menos da metade contava com orientações específicas para nortear sua atuação com relação a parcerias e ações que visassem o fortalecimento da sociedade civil (OECD, 2020).

A partir das análises realizadas, foram elaboradas recomendações importantes para o trabalho da unidade sobre sociedade civil, assim como para a atuação dos países membros do CAD. Entre elas, destacamos a sugestão do estabelecimento de um entendimento comum sobre sociedade civil, reconhecendo a diversidade do grupo e formas mais amplas de atuação; de tornar o diálogo e a consulta com atores da sociedade civil mais sistemáticos, com ênfase para OSC de países parceiros; de revisar as estratégias de financiamento de OSC, entre outros. Especificamente para o CAD, foi aconselhada a elaboração de orientações atualizadas sobre

³⁶Work stream on civil society, FOR-DCD. “*The civil society workstream has two main, mutually-reinforcing areas of work: (1) policy research, analysis and standard-setting on civil society; and (2) dialogue and engagement with civil society organisations (CSOs)*” (OECD DCD, 2023).

como os membros deveriam trabalhar com a sociedade civil ou uma Recomendação específica sobre o tema (OECD, 2020).

Por fim, os pesquisadores concluíram que

“(...) DAC members are making efforts towards the type of support and engagement that enable CSOs to maximise their contribution to development, but that gaps remain between the aspiration of enabling civil society through effective development co-operation and members’ CSO-related policies and practices. The intent is now to move from evidence gathering to policy action.” (OECD, 2020, p. 4).

Assim, como complementação ao trabalho da unidade e como resposta às discussões realizadas no âmbito do CAD, dois documentos foram elaborados para orientar o diálogo do Comitê com a sociedade civil, buscando preencher as lacunas encontradas na atuação de seus membros: o *Quadro de Diálogo entre o CAD e as Organizações da Sociedade Civil (Quadro de Diálogo CAD-OSC)* e a *Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária (Recomendação do CAD sobre o Reforço da SC)*.

3.2.1. *Quadro de Diálogo entre o CAD-OSC*

Aprovado em 2018, o Quadro de Diálogo CAD-OSC estabelece as estruturas formais para o aprofundamento do diálogo entre os membros do CAD com a sociedade civil, assim como os princípios que regem essa interação (OECD DAC, 2018). Os instrumentos propostos no âmbito do Quadro de Diálogo CAD-OSC visam oferecer aos atores da sociedade civil espaço para que possam influenciar o CAD, assim como proporcionar aos membros do CAD mecanismos para que possam utilizar o conhecimento e capacidades da sociedade civil para impulsionar o combate a pobreza, promover a equidade de gênero e um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O documento estabelece que essa troca se dará por meio de debates políticos, consultas e intercâmbio de informações e experiências em temas de interesse mútuo, além de indicar que representantes da sociedade civil serão convidados a participar das Reuniões de Alto Nível do CAD (*high-level e senior-level meetings*) para que possam incidir efetivamente na agenda de trabalho do Comitê. (OECD DAC, 2018).

O documento determina que a sociedade civil se auto organizará e coordenará sua atuação junto ao CAD, via Grupo de Referência da Sociedade Civil (GR da Sociedade Civil) junto ao CAD³⁷, garantindo a representação e participação de OSC dos países doadores e dos

³⁷ Em 2017 foi fundado o GR da Sociedade Civil junto ao CAD, organização autônoma que representa e coordena os esforços de incidência de diversas organizações da sociedade civil junto ao CAD. O grupo tem participado de

países parceiros, de diferentes setores, competências e áreas de interesse. Ainda, é responsável por garantir a transparência nos processos de engajamento e seleção de seus representantes.

3.2.2. Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil

Elaborada a partir de discussões com membros do CAD, no âmbito da Comunidade de Prática (CdP) sobre Sociedade Civil do CAD³⁸, com o GR da Sociedade Civil junto ao CAD e com outras Diretorias e Grupos de Trabalho da OCDE (OECD DCD, 2023), em 06 de julho de 2021 foi aprovada a Recomendação do CAD sobre o Reforço da SC.

A Recomendação do CAD sobre o Reforço da SC é a primeira norma internacional que estabelece critérios para que doadores da CID apoiem a “sociedade civil enquanto interveniente que contribui para a consecução da Agenda 2030, com o compromisso de não deixar ninguém para trás, com o desenvolvimento sustentável e inclusivo, ajuda humanitária eficaz, construção da paz, e a proteção e fortalecimento da democracia” (OCDE, p. 5). Uma das contribuições da Recomendação é a padronização do conceito de sociedade civil, organizações da sociedade civil e espaço cívico³⁹, reconhecendo a diversidade e variedade de modelos de estrutura e atuação existente neste grupo. O documento salienta que,

“It’s central premise is that development co-operation and humanitarian assistance providers should seek to enable an inclusive and independent civil society, especially in partner countries or territories where official development co-operation is ultimately destined for. The DAC Recommendation seeks to enable civil society actors both as independent development and humanitarian actors in their own right, with their own priorities, plans and approaches, as well as development co-operation and humanitarian assistance providers’ implementing partners” (OECD, p. 4).

As recomendações estão divididas em três pilares interligados, com ações propostas em cada um deles: 1) respeito, proteção e promoção do espaço cívico; 2) apoio e engajamento com a sociedade civil; e 3) incentivo à eficácia, transparência e responsabilização das OSC (OECD). Todos os membros do CAD aderiram à Recomendação, que também está aberta para adesão de não-membros e outros organismos multilaterais.

diversos debates e grupos de trabalho, tendo colaborado, inclusive, com a elaboração do Quadro de Diálogo entre CAD-OSC. Para mais informações sobre a atuação do grupo, acesse a <https://www.dac-csoreferencgroup.com>.

³⁸ Criada em 2019 para facilitar a troca de experiências, aprendizado e coleta de dados entre os membros do CAD, a CdP sobre Sociedade Civil é composta por especialistas em sociedade civil das agências de cooperação e organismos oficiais dos membros do CAD (OECD DCD, 2023).

³⁹ Ver tabela com a definição dos conceitos em diferentes documentos da OCDE e do CAD no Anexo B.

4. Apresentação das atividades realizadas no âmbito do estágio

O estágio teve início no dia 29 de maio de 2023, semanas antes de importantes eventos organizados pela da unidade: (a) a reunião anual entre os membros da CdP sobre Sociedade Civil do CAD e do GR da Sociedade Civil junto ao CAD no âmbito do Quadro de Diálogo CAD-OSC; (b) os Dias da Sociedade Civil e a (c) reunião semestral dos membros da CdP sobre Sociedade Civil do CAD. Os primeiros dias de trabalho foram totalmente dedicados para apoiar a organização desses eventos.

4.1. Reunião anual no âmbito do Quadro de Diálogo CAD-OSC

No dia 19 de junho de 2023, no período da manhã, foi realizado o encontro anual entre os membros da CdP sobre Sociedade Civil do CAD e do GR da Sociedade Civil junto ao CAD no âmbito do Quadro de Diálogo CAD-OSC. A quinta edição do encontro discutiu o papel da APD nos dias de hoje. Os debates partiram da avaliação⁴⁰ que este mecanismo está sob imensa pressão de crises como a da Covid-19, da guerra entre Rússia-Ucrânia, mudanças climáticas, entre outros fatores que impactam significativamente a qualidade de vida, principalmente nos países em desenvolvimento. Apesar de ser uma das principais fontes de financiamento da CID, a APD não será suficiente para fazer frente às crises e enfrentar todos os obstáculos para atingirmos os objetivos propostos pela Agenda 2030⁴¹. Assim, faz-se urgente refletir sobre o seu mandato, capacidade e coerência.

Mais de 100 pessoas, entre membros do CAD, do corpo técnico da OCDE e representantes de OSC, participaram do encontro. Por ainda não termos acesso a um documento de natureza pública com o sumário das discussões⁴², faremos referência às justificativas e argumentos públicos que pautaram o debate.

Como referido anteriormente, o CAD monitora a APD. De acordo nota divulgada em abril de 2023, dados preliminares da APD em 2022 indicam que o montante aportado por países doadores do CAD para promoção do desenvolvimento atingiu o seu maior valor, de USD 204 mil milhões, 13,6% a mais em relação ao ano anterior, mantendo o ritmo de crescimento

⁴⁰ Documento de referência para as discussões da reunião: OECD (2023). Development Co-operation Report 2023: Debating the Aid System, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/f6ede3c2-en>.

⁴¹ Desde o lançamento da Agenda 2030 é conhecido o fato que a APD não será suficiente para responder às necessidades de financiamento para atingirmos os objetivos estabelecidos, dado que tem generalizado a ideia da importância de atores privados (empresarial) para preencher essa lacuna (Silva, Bernardo, & Mah, 2021, p. 17).

⁴² O sumário da reunião com os principais pontos debatidos será apresentado na reunião ordinária do CAD de outubro e, se aprovado, será de acesso público.

assistido nos últimos quatro anos. O aumento é resultado da resposta aos impactos causados pela pandemia da Covid-19 e da guerra Rússia-Ucrânia, fatos que agravaram a instabilidade global e a pobreza extrema em diversos países (OECD DCD, 2023).

A celebração do valor histórico atingido pela APD em 2022 foi duramente questionada pelas OSC. De acordo com relatório da *European Network on Debt and Development* (Eurodad), os dados publicados pelo CAD foram inflados com despesas que não deveriam ser consideradas APD, como despesas do primeiro de acolhimento de refugiados por países doadores, perdão das dívidas públicas e doação do excedente de vacinas para Covid-19 para países elegíveis à ajuda. O valor gasto com estas despesas é de USD 30,9 mil milhões, aproximadamente 15% do total da APD reportada. Neste cenário, OSC defendem que quantias significativas da APD nunca deixaram os países doadores, valores investidos em seus próprios territórios, o que também representa a redução dos recursos disponíveis para as pessoas vivendo nos países do Sul Global (Craviotto, 2023, p. 2).

Ainda de acordo com a Eurodad, se excluirmos os valores relatados para acolhimento de refugiados ucranianos nos países doadores⁴³, o aumento da APD em 2022 seria de apenas 4,6% quando comparado com os anos anteriores (Craviotto, 2023, p. 3). A discussão foi tamanha que, em maio do mesmo ano, o Presidente do CAD, Carsten Staur, se posicionou publicamente⁴⁴ sobre o tema. Staur reconhece que gastos com refugiados têm aumentado nos últimos anos, mas defende que deveriam ser contabilizados como APD:

“The rationale behind this agreement is to reflect the financial effort of hosting refugees and the sharing of responsibility with developing countries who host the vast majority of the world’s refugees: If Somalian refugees seek protection in Kenya, donor assistance to share the costs of supporting these refugees is ODA. If Somalian – or Ukrainian – refugees seek protection in France or Germany, the same rationale may rightly apply, however with some safeguards, specific accounting rules for international flows, and transparency requirements” (Staur, 2023).

Outros questionamentos foram apresentados pelas OSC a partir da leitura dos dados: a redução da APD destinada para países africanos, o não cumprimento pela maioria dos membros do CAD com a meta acordada de aportar o valor correspondente a 0,7% de seu PIB como APD, a tendência de redução da modalidade *doação* em comparação com um aumento da modalidade

⁴³ Valores que mudam significativamente entre os países, que pode chegar a aproximadamente 65% do total da APD, como o que foi reportado pela República Tcheca e Polónia (Craviotto, 2023, p. 3).

⁴⁴ Nota publicada no blog do *cluster* de Desenvolvimento da OCDE, disponível em <https://oecd-development-matters.org/2023/05/11/the-elephant-in-the-room-in-donor-refugee-costs>.

empréstimos concessionais (abaixo do valor de mercado, entre outros (Oxfam International, 2023; Craviotto, 2023).

O CAD-DCD também monitora a participação da sociedade civil na CID por meio de análises da APD aportada *por meio de e para OSC*⁴⁵. De acordo com documento publicado em 2023, com base em dados de 2020 e 2021, aproximadamente USD 24 mil milhões de dólares foram transferidos para OSC, aproximadamente 14,3% da APD relatada neste período. Entretanto, não existe um padrão no comportamento dos países doadores, que transitam desde os 44% da APD da Espanha aportados para a sociedade civil, em comparação com apenas 1% do Japão (OECD DAC, 2023).

Os dados do relatório também demonstram que a maioria dos membros apoia OSC principalmente como parceiros implementadores de seus programas e projetos (88% da APD para OSD é classificada como *por meio de*), sendo a grande maioria dos aportes destinados a organizações de seus próprios países ou para organizações internacionais (USD 14,98 mil milhões), deixando para organizações dos países em desenvolvimento uma parcela muito menor dos recursos disponibilizados via APD (USD 2,05 mil milhões) (OECD DAC, 2023).

Muito ainda precisa avançar para assistirmos mudanças significativas nesta agenda⁴⁶. Entretanto, o fato do CAD e da DCD incentivarem debates para a revisão do modelo de APD com atores da sociedade civil é um passo importante, um reconhecimento das limitações deste mecanismo no âmbito da CID. A presença de diversas organizações da sociedade civil nesta reunião – internacionais, do Norte e do Sul Global -, também é um indicativo da relevância do tema, assim como deste espaço.

4.2. Dias da Sociedade Civil

Dias da Sociedade Civil é um encontro bienal organizado pelo CAD. A terceira edição do evento aconteceu entre os dias 19 e 20 de junho, com o tema “*Enabling locally led transformation and balancing partnerships*”. No primeiro dia, uma mesa-redonda fez um ponto de situação sobre a implementação da Recomendação do CAD para o Reforço da SC, mais especificamente sobre os avanços para a localização da ajuda. No segundo dia foram realizados seis workshops organizados em parceria com outras unidades da OCDE, membros do CAD e

⁴⁵ “*por meio de*” para quando os recursos financiam a implementação de programas e projetos dos países doadores por OSC nos países recetores da ajuda (OSC internacionais, dos países doadores ou de países parceiros); “*para*” para quando os recursos financiam o desenvolvimento institucional, programas e projetos elaborados por OSC internacionais, dos países doadores ou de países parceiros.

⁴⁶ Para mais sobre quantidade, qualidade e legitimidade da APD, ver Silva, Bernardo e Mah (2021).

do GR da Sociedade Civil junto ao CAD: 1) The Protection and Promotion of Civic Space; 2) Peer learning of Locally Led Development: towards a taxonomy of what matters; 3) Development Communications Going Global: Building trust in partner countries; 4) Official development assistance in different political contexts; 5) Civil Society Engagement in Climate Action; 6) DAC Community of Practice on Civil Society and DAC-CSO Reference Group - Progress and strategic collaborations on the implementation of the DAC Recommendation on Enabling Civil Society.

O evento, aberto ao público, contou com a participação de 150 pessoas, somado a outras 100 que acompanharam as discussões online. A *CSO Partnership for Development Effectiveness* (CPDE), uma das maiores articulações da sociedade civil na CID, apresentou em nota sua perspectiva sobre a localização da ajuda e reforçou a importância do encontro:

“CPDE’s perspective on localisation goes beyond the mere transfer of resources to the local organisations of partner countries. We call for a shift in the discourse towards locally-led development that implies that the interests and the priorities of local communities must inform all the stages of development activities. At the OECD-DAC Civil Society Days, practitioners gauged progress towards this goal by reviewing best practices by development partners and diving into technical discussions such as a taxonomy for localisation, and aid under authoritarian regimes” (de Fraia, 2023).

Algumas mensagens se destacaram: (a) a implementação do desenvolvimento liderado localmente é um processo gradual e que requer esforços contínuos dos atores envolvidos; (b) é fundamental ouvir os atores locais e reforçar o seu papel no desenho e implementação dos projetos de desenvolvimento; (c) será preciso fortalecer a apropriação dos projetos de desenvolvimento por atores locais e proteger o espaço cívico para sua atuação; (d) é importante incentivar mais e melhor uso dos instrumentos e normativas do campo para o fortalecimento da sociedade civil; (e) e impulsionar a expansão de mecanismos de democracia participativa.

Poucas organizações filantrópicas participaram do evento. E mesmo que os recursos aportados por este setor sejam menores quando comparados com os valores da APD - USD 70 mil milhões vs. USD 180 mil milhões⁴⁷ - o grupo têm impactado a arquitetura da CID⁴⁸. Organizações filantrópicas poderiam compartilhar com os membros do CAD experiências sobre

⁴⁷ Para dados sobre APD e aportes de outros doadores ver *OECD Development Co-operation Profiles*, disponível em www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-profiles_2dcf1367-en ou Global Philanthropy Tracker (GPT), Indiana University, disponível em <https://globalindices.iupui.edu/tracker/index.html>.

⁴⁸ O caso da relação de Bill & Melinda Gates Foundation com a Organização Mundial da Saúde (OMS) da ONU é um bom exemplo. Por muitos anos, a organização foi um dos principais financiadores da OMS. Atualmente, a Rockefeller Foundation foi aceita como ator não-Estatal com relação oficial com a OMS: <https://www.who.int/about/funding/contributors/the-rockefeller-foundation>.

gestão de riscos e elaboração de mecanismos inovadores para o financiamento da sociedade civil, uma vez que sua estrutura é mais flexível quando comparado com a burocracia estatal. Exemplos da atuação deste setor, entretanto, foram utilizados pela equipe da OCDE para a elaboração de guias para apoiar os membros do CAD na implementação da Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil, tema que abordaremos no item 4.4 Pesquisa.

Algumas OSC, por mais que tenham reconhecido a relevância das discussões, questionaram a ausência de um documento síntese ou de acordos práticos para o avanço da agenda. Entretanto, acreditamos que haja aqui uma expectativa que não será cumprida pela própria natureza da OCDE. Uma importante característica da organização é o fato dela prover espaço para discussão de temas da agenda internacional em um “foro não negociador para discussões sobre temas com negociações em curso em outros foros” (Cozendey, 2017, p. 29). Os estudos e dados sistematizados pela equipe técnica da OCDE orientam análises em diferentes áreas e são referência para tomada de decisão de seus membros, assim como de outros atores como o G20, FMI e o Banco Mundial⁴⁹. Esta é uma das grandes vantagens de seu estatuto de membro: participar de discussões que incidirão no desenho dos conceitos e temas de futuras negociações no cenário internacional. O mesmo é válido para o campo do desenvolvimento. Desde a sua fundação, o CAD aprovou apenas 18 instrumentos legais, 13 ainda em vigor⁵⁰. Entretanto, é uma das esferas de maior influência do campo.

Ainda, elaborar um documento final conjunto exigiria da equipe técnica da OCDE meses de negociação prévia junto a um grupo de atores extremamente heterogêneo.

Importante reconhecer que foi para atender a uma demanda da edição anterior dos Dias de Sociedade Civil que a equipe da DCD dedicou-se a elaborar a Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil⁵¹. Ou seja, este é um fórum de articulação importante para o campo, um evento que pode pautar a agenda dos principais doadores da cooperação para o desenvolvimento em sua estratégia de diálogo e trabalho com a sociedade civil.

4.3. Comunidade de Prática do CAD sobre Sociedade Civil

No dia 21 de junho foi realizada a reunião bianual dos membros da CdP sobre Sociedade Civil, organizada em parceria com o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros da

⁴⁹ De acordo com Cozendey, “as negociações sobre serviços da Rodada Uruguai do GATT, que deu origem à OMC, por exemplo, foram o desenvolvimento de discussões originadas na OCDE” (2017, p. 29).

⁵⁰ Todos os documentos legais da OCDE podem ser consultados em <https://legalinstruments.oecd.org>.

⁵¹ Ver o preâmbulo da própria Recomendação.

França (MEAE, sigla em francês), com o intuito de estimular a troca de experiências entre membros do CAD quanto a implementação da Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil. Na ocasião foi apresentada a recém-lançada estratégia do MEAE para a promoção de maior engajamento da França com a sociedade civil⁵², documento que visa impulsionar parcerias com o setor e incentivar o trabalho conjunto para o cumprimento dos ODS. Em seguida, cada um dos membros do CAD apresentou um ponto de situação das atividades realizadas por eles no âmbito da Recomendação do CAD⁵³.

Como um dos pontos de pauta, a equipe de FOR-DCD compartilhou com o grupo presente as ferramentas elaboradas para apoiar os membros do CAD na implementação das diretrizes da Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil. Foi apresentado o primeiro de uma série de *toolkits* que serão publicados entre 2023-2024: *Funding Civil Society in Partner Countries*⁵⁴. Outros dois, que estão em processo de elaboração, também foram apresentados para que os presentes avaliassem os temas que serão abordados e partilhassem exemplos de sua atuação na área: *Shifting power within partnerships* e *Coordinating action on civic space in partner countries* (OECD DCD, 2023)⁵⁵.

Entretanto, pouco se discutiu sobre o impacto do financiamento da sociedade civil na dinâmica de poder local, uma vez que OSC tem agendas políticas que pautam a sua atuação, e que existem diferentes formas e modelo de atuação que precisariam ser incorporados nas discussões sobre sociedade civil para que o conceito abraçasse novas perspectivas e seja relevante em diferentes contextos.

Resgatamos para fundamentar nossa questão uma experiência profissional. Quando trabalhamos em OSC no Brasil no campo da defesa do direito à educação, alguns doadores privados insistiam em parcerias entre diferentes organizações que atuavam no mesmo campo com a justificativa que a fragmentação da atuação poderia ser prejudicial. Entretanto, apesar de terem como objetivo principal a garantia do direito a educação, as nuances de como esse direito deveria ser garantido diferenciavam sua atuação – um grupo com uma visão mercantilista da

⁵² O documento French strategy “Civil Society and citizens’ engagement 2023-2027” está disponível em https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/a4-strategy_civil_society_en_v1_cle4b61a7.pdf.

⁵³ Uma lista com a descrição das iniciativas implementadas no âmbito da Recomendação pelos países doadores até março de 2023 compõem o Anexo A do documento DCD/DAC(2023)15/FINAL, disponível em [https://one.oecd.org/document/DCD/DAC\(2023\)15/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD/DAC(2023)15/FINAL/en/pdf).

⁵⁴ Disponível em <https://www.oecd.org/dac/funding-civil-society-in-partner-countries-9ea40a9c-en.htm>.

⁵⁵ Relatório das atividades realizadas no âmbito da Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil pela unidade de FOR/DCD até março de 2023, assim como a indicação das próximas atividades que serão realizadas no âmbito do plano de trabalho aprovado para 2023/2024, está disponível em [DCD/DAC(2023)15/FINAL]: [https://one.oecd.org/document/DCD/DAC\(2023\)15/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD/DAC(2023)15/FINAL/en/pdf).

educação, o outro que este deveria ser um serviço público e gratuito para todos. As propostas de atuação estavam pautadas em projetos políticos para o país completamente distintos.

O desafio naquele momento não era só explicar o contexto para agentes externos pouco familiarizados com a política brasileira na área de educação. O dilema estava também em garantir ou não fundos para a implementação de projetos, contratação de equipe e manutenção da organização ativa. Ou seja, é fundamental que os doares reconheçam que seu modelo de financiamento e interferência na elaboração de projetos impacta a dinâmica de poder local. Esse debate tem muitas camadas – do político ao operacional, e nosso receio é que estejamos simplificando um universo complexo, cuja riqueza está justamente na sua diversidade.

Importante reconhecer que muitas das falas tocaram em temas complexos, como a localização da ajuda, a importância da construção de parcerias duradouras, formas de financiar movimentos sociais e grupos não formalizados ou modelos de apoio que possam atender atores que não se encaixam nos pré-requisitos administrativos das agências de cooperação. Entretanto, ficou claro que as iniciativas desenvolvidas pelos membros do CAD estão em momentos muito diferentes deste debate.

Esta é, justamente, a importância da promoção de um espaço como este – incentivar trocas de experiência entre atores que estão em diferentes momentos de uma discussão específica, para impulsionar a formulação de políticas inovadoras para o campo.

4.4. Pesquisa

Nos meses de julho e agosto⁵⁶ avançamos com outras atividades e relataremos aqui uma pesquisa específica, pelo fato desta ação estar diretamente conectada com os mecanismos de diálogo estabelecidos entre o CAD-OSC. Como mencionado acima, a equipe de FOR-DCD tem elaborado ferramentas para apoiar os membros do CAD na implementação das diretrizes da Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil.

No início do ano foi publicado *toolkit* sobre *Funding Civil Society in Partner Countries*⁵⁷, primeiro de uma série. Pude contribuir com pesquisas e comentários para a próxima publicação: *Shifting power within partnerships*. O documento visa sistematizar

⁵⁶ Estivemos envolvidos em outras atividades ao longo do estágio, como: organização da próxima reunião da CdP sobre Sociedade Civil; preparação do relatório das atividades realizadas no âmbito do Quadro de Diálogo CAD-OSC para apresentação em reunião ordinária do CAD de outubro, quando o tema estará em pauta; discussões preparatórias sobre a agenda de trabalho da reunião MCM do CAD, que será realizada em novembro e que contará com a participação de OSC; pesquisa sobre o programa de cooperação para o desenvolvimento da Lituânia.

⁵⁷ Disponível em <https://www.oecd.org/dac/funding-civil-society-in-partner-countries-9ea40a9c-en.htm>.

discussões e apresentar exemplos de atuação que promovam mudanças nas relações de poder entre doadores e atores locais e incentivar parcerias horizontais.

Uma versão preliminar do *toolkit* será apresentada aos membros da CdP sobre Sociedade Civil do CAD, do GR da Sociedade Civil junto ao CAD e corpo técnico da OCDE para aprofundamento dos temas propostos e reunião de exemplos. Como parte das atividades do estágio, nos foi solicitada uma leitura da primeira versão do documento a partir da nossa experiência profissional com atores da sociedade civil de um país do Sul Global.

Como parte do exercício, optamos por apresentar exemplos práticos, fazendo a ponte entre o que estava sendo proposto no documento com os desafios para a sua implementação. Iremos focar em exemplos pontuais, uma vez que não estamos debatendo aqui os conceitos apresentados na publicação e não iremos adiantar temas que ainda serão publicados.

Foi sugerido no documento, por exemplo, a oferta de capacitações online para que OSC locais se familiarizassem com processos administrativos e de gestão de projetos dos doadores. A proposta funciona para diversos contextos, mas para muito outros não é o suficiente. Diversas OSC locais não têm escritório próprio, e o acesso à internet é limitado. Ou seja, além de produzir as formações, é importante que as agências garantam o acesso a ela – disponibilizando salas e computadores em suas embaixadas, arcando com custos de deslocamento para que representantes das OSC parceiras assistam as formações em outra localidade ou arcando custos de créditos de internet. O importante foi reforçar que o produto em si não basta – é preciso garantir que ele seja, de facto, utilizado pelo usuário final.

Em outro ponto do texto é mencionado que doadores devem sempre incluir mulheres em discussões para a formulação e implementação de projetos. Voltamos ao mesmo ponto – o reconhecimento da importância da diversidade de gênero não é o suficiente, os doadores precisam garantir que essa preocupação esteja prevista na implementação de suas ações. Em diversas comunidades rurais no Brasil, por exemplo, mulheres só participam de reuniões em que podem levar os seus filhos, pois não tem com quem deixá-los. Ou seja, para essas comunidades, sempre que elaboramos projetos precisamos garantir a estrutura necessária para atender essa demanda – espaço para as crianças, alimentação adequada, transporte, etc.

Foi reforçada a importância de diálogos regulares entre os doadores e OSC locais. Sugerimos que outras ferramentas possam ser consideradas para impulsionar o contato, garantindo

maior fluidez para a troca. O WhatsApp⁵⁸, por exemplo, tem facilitado conversas quando ler e escrever é uma barreira. Lideranças, equipe técnica e ativistas podem enviar áudios, fotos e vídeos sobre temas que gostariam de tratar, dificuldades para a implementação das ações previstas nos projetos ou mesmo atualizações sobre o financiamento. Será preciso uma maior flexibilização dos meios de comunicação para entender qual a melhor dinâmica para determinados contextos. Outro ponto, em linha com esse debate, é possibilidade de incluir novas ferramentas de comunicação como complementação à apresentação de propostas de projeto. Vídeos e fotos podem colaborar com justificativas e exemplificar atividades propostas – modelo que já tem sido usado por organizações filantrópicas.

A publicação também sugere maior diversidade no corpo técnico das agências de cooperação para o desenvolvimento, principalmente via contratação de profissionais dos países onde atuam, que possam auxiliá-los na avaliação de cenários políticos e leitura de questões sociais e culturais. Reforçamos que esses funcionários precisam estar em posições de liderança, ou sua influência será mínima, e que é preciso haver um compromisso com a diversidade das organizações – os processos administrativos e burocráticos para a formalização de contratação de estrangeiros é complexa e envolve custos que precisam ser previstos pelo contratante.

Apresentamos outros exemplos de projetos, modelos de atuação e mecanismos de financiamento implementados principalmente no contexto brasileiro. Como o país conta realidades diversas e uma ampla gama de financiadores que apoiam projetos de diferentes dimensões, estruturamos nossas contribuições a partir de exemplos selecionados.

Vale ressaltar que uma característica importante da série é que ela não busca por soluções simples e únicas. Organiza iniciativas e modelos implementados por doadores (membros do CAD ou não), para que, em mãos de diferentes exemplos, seus membros possam repensar ferramentas de acordo com sua estrutura administrativa e estratégias de atuação.

⁵⁸ Como exemplificado em artigo publicado na DW - How WhatsApp can help you assess the impact your projects, de Emma Heywood (2023): <https://akademie.dw.com/en/how-whatsapp-can-help-you-assess-the-impact-your-projects/a-64910394>.

Conclusão

Deste de 2011 o CAD tem monitorado a atuação de seus membros com a sociedade civil de forma mais consistente, mas foi apenas em 2021 que foi aprovada a primeira norma internacional que estabelece critérios para que doadores da CID apoiem a “sociedade civil enquanto interveniente que contribui para a consecução da Agenda 2030, com o compromisso de não deixar ninguém para trás, com o desenvolvimento sustentável e inclusivo, ajuda humanitária eficaz, construção da paz, e a proteção e fortalecimento da democracia” (OCDE, p. 5).

Assim, a Recomendação do CAD para o Reforço da Sociedade Civil é um marco, quando a organização reafirma o seu compromisso em apoiar e atuar em parceria com atores da sociedade civil, abrindo caminho para debates sobre localização da ajuda, do estabelecimento de parcerias mais horizontais entre os membros do CAD e OSC, da importância da diversidade de vozes no desenho de políticas para o setor e da proteção do espaço cívico como pilar central para a manutenção da democracia.

O trabalho do *work stream on civil society*, unidade de FOR-DCD, tem buscado ampliar a compreensão do conceito de sociedade civil no âmbito da OCDE e impulsionar o diálogo dos membros do CAD com a sociedade civil em diferentes temas. Ainda, sua atuação tem sido transversal às unidades da DCD, uma vez que a partir da adoção da Recomendação do CAD para o Reforço da Sociedade Civil os processos de *peer review* também avaliam a interação dos membros com a sociedade civil na cooperação para o desenvolvimento.

Será importante, a partir da aprovação da Recomendação do CAD para o Reforço da Sociedade Civil, monitorar e avaliar o avanço da interação dos membros do CAD com a sociedade civil. Pesquisas sobre os impactos dos programas e projetos de cooperação realizados em parceria com a sociedade civil, especialmente com atores locais, poderão contribuir para o desenho de novos mecanismos capazes de integrar grupos com diferentes modelos de atuação e colaborar para maior adequação dos programas para diferentes contextos. Ainda, será importante compreender como os diferentes perfis dos membros do CAD atuam com a sociedade civil em seus países e em países parceiros – quais são os desafios, potencialidades e modelos de cooperação mais adequados.

Em um momento de grandes questionamentos da ordem multilateral vigente e, principalmente, de pressões para manutenção do espaço cívico, é de extrema importância que uma das organizações multilaterais de maior influência incentive o diálogo com a sociedade civil. Os esforços não são suficientes para mudar a atual estrutura de governação global, mas

são um bom ponto de partida, garantindo canais formais para que novas vozes e visões participem dos processos de revisão da arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Bibliografia

- Acco, M. A. (2002). Os modelos ocidentais de sociedade civil em questão. *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*, 1(1), pp. 189-206. Obtido em 10 de Janeiro de 2023, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/4939>.
- Almeida, B. (2022). *A Sociolegal Analysis of Formal Land Tenure Systems. Learning from the Political, Legal, and Institutional Struggles of Timor-Leste* (1ª ed.). Londres: Routledge. doi:<https://doi.org/10.4324/9781003196396>.
- Bilgen, A., Nasir, A., & Schöneberg, J. (2021). Why positionalities matter: reflections on power, hierarchy, and knowledges in “development” research. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, 4(42), pp. 519-536. doi:10.1080/02255189.2021.1871593.
- Chandhoke, N. (Agosto de 2007). Civil society. *Development in Practice*, 17(4/5), pp. 607-614. doi:10.1080/09614520701469658.
- Cozendey, C. M. (2017). O pedido de acessão do Brasil à OCDE: Aceder a quê? Aceder por quê? *Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)*(132). Obtido em 11 de Setembro de 2023, de http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/RBCE132_CarlosMCozendey.pdf.
- Craviotto, N. (2023). *Little to celebrate: an assessment of Official Development Assistance in 2022*. Briefing Paper, European Network on Debt and Development (Eurodad), Bruxelas. Obtido em 19 de Setembro de 2023, de https://www.eurodad.org/little_to_celebrate.
- de Fraia, L. (30 de Agosto de 2023). *2023 DAC CSO Days: local leadership at the forefront*. Obtido em 06 de Outubro de 2023, de Global Partnership for Effective Development Co-operation: <https://www.effectivecooperation.org/DAC-CSO-days-2023>.
- de Grande, P. B. (2007). Desafios da pesquisa qualitativa: um percurso metodológico inicial. *Língua, Literatura e Ensino, II: 4º SePeG - Seminário de Pesquisas da Graduação*. Obtido em 26 de Setembro de 2023, de <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/lle/article/view/10>.
- Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (26ª ed.). (M. C. Minayo, Ed.) Petrópolis.
- Edwards, M. (2020). Introduction – What’s the Big Idea? Em M. Edwards, *Civil Society* (pp. 1-17). Cambridge: Polity Press.

- Fonseca Junior, G., Patriota, A. d., Milani, C., & Pereira, L. V. (2022). *Multilateralismo e Multipolaridade*. Policy Paper, Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Núcleo Multilateralismo, Rio de Janeiro. Obtido em 02 de Outubro de 2023, de <https://www.cebri.org/br/doc/288/multilateralismo-e-multipolaridade>.
- Godinho, R. d. (2018). *A OCDE em rota de adaptação ao cenário internacional: perspectivas para o relacionamento do Brasil com a Organização*. Brasília: FUNAG.
- Kamruzzaman, P. (2020). Introduction – civil society in the global South. Em P. Kamruzzaman (Ed.), *Civil Society in the Global South*. Routledge. doi:<https://doi.org/10.4324/9781315113579>.
- Lima, M. R., & Milani, C. R. (2022). *Transição de poder e disputas hegemônicas entre EUA e China: implicações para o desenho de organizações multilaterais*. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Nucleo Multilateralismo. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Obtido em 02 de Outubro de 2023, de <https://www.cebri.org/br/doc/255/transicao-de-poder-e-disputas-hegemonicas-entre-eua-e-china-implicacoes-para-o-desenho-de-organizacoes-multilaterais>.
- Mónico, L., Valentim, A., Parreira, P., & Castro, P. A. (27 de Junho de 2017). A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, pp. 724-733. Obtido em 26 de Setembro de 2023, de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/issue/view/21>.
- OCDE. (s.d.). *Recomendação do CAD sobre o Reforço da Sociedade Civil em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária*. OECD/LEGAL/5021, Tradução não oficial preparada pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P. Obtido em 19 de Setembro de 2023, de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/RecomCAD_SociedadeCivil_PT.pdf.
- OECD. (2011). *How DAC members work with Civil Society Organisations: an overview*. Paris: OECD Publishing.
- OECD. (2012). *Partnering with Civil Society: 12 Lessons from DAC Peer Reviews*. OECD Development Co-operation Peer Reviews. Paris: OECD Publishing. Obtido de <https://dx.doi.org/10.1787/9789264200173-en>.
- OECD. (2018). *Transforming Development Co-operation to Deliver the 2030 Agenda*. Brochura, OECD, DCD, Paris. Obtido em 13 de Setembro de 2023, de <https://www.oecd.org/dac/DCD-booklet-web.pdf>.

- OECD. (2020). *Development Assistance Committee Members and Civil Society. The Development Dimension*. Paris: OECD Publishing. doi:<https://doi.org/10.1787/51eb6df1-en>.
- OECD. (2021). *Trust in Global Cooperation: the vision for the OECD for the next decade*. Meeting of the OECD Council at Ministerial Level, Paris. Obtido em 14 de Setembro de 2023, de https://www.oecd.org/mcm/MCM_2021_Part_2_%5BC-MIN_2021_16-FINAL.en%5D.pdf.
- OECD. (2023a). *Development Assistance Committee (DAC)*. Obtido em 12 de Setembro de 2023, de OECD: <https://www.oecd.org/dac/development-assistance-committee>.
- OECD. (2023b). *Development at OECD*. Obtido em 12 de Setembro de 2023, de OECD: <https://www.oecd.org/development/about-the-oecd-development-cluster.htm>.
- OECD. (2023c). *Development Co-operation Directorate*. Obtido em 07 de Setembro de 2023, de OECD: <https://www.oecd.org/dac>.
- OECD. (2023d). *OECD Legal Instruments*. Obtido em 12 de Setembro de 2023, de OECD: <https://legalinstruments.oecd.org/en>.
- OECD. (2023e). *Official development assistance (ODA)*. Obtido em 13 de Setembro de 2023, de OECD: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>.
- OECD. (2023f). *Our global reach*. Obtido em 06 de Setembro de 2023, de OECD: <https://www.oecd.org/about/members-and-partners>.
- OECD. (2023g). *Who we are*. Obtido em 07 de Setembro de 2023, de OECD: <https://www.oecd.org/about>.
- OECD DAC. (2018). *Framework for Dialogue between the DAC and Civil Society Organisations*. No. DCD/DAC(2018)28/FINAL, Paris. Obtido em 22 de Setembro de 2023, de [https://one.oecd.org/document/DCD/DAC\(2018\)28/FINAL/En/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD/DAC(2018)28/FINAL/En/pdf).
- OECD DAC. (2023). *Aid for Civil Society Organisations: Statistics based on DAC Members' reporting to the Creditor Reporting System databases (CRS), 2020-2021*. Developing Assistance Committee. Paris: OECD. Obtido em 19 de Setembro de 2023, de <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-topics/Aid-for-CSOs-2023.pdf>.
- OECD. (s.d.). *DAC Recommendation on Enabling Civil Society in Development Co-operation and Humanitarian Assistance*. OECD/LEGAL/5021.

- OECD DCD. (12 de Abril de 2023). *Foreign aid surges due to spending on refugees and aid for Ukraine*. Obtido em 19 de Setembro de 2023, de OECD: <https://www.oecd.org/dac/foreign-aid-surges-due-to-spending-on-refugees-and-aid-for-ukraine.htm>.
- OECD DCD. (2023). *Update: DAC Recommendation on Enabling Civil Society in Development Co-operation and Humanitarian Assistance*. DAC Meeting, 8 March 2023 (Session 2/2), DCD/DAC(2023)15/FINAL, Paris. Obtido em 23 de Setembro de 2023, de [https://one.oecd.org/document/DCD/DAC\(2023\)15/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD/DAC(2023)15/FINAL/en/pdf).
- Oxfam International. (12 de Abril de 2023). *Obscene amount of aid is going back into the pockets of rich countries*. Obtido em 19 de Setembro de 2023, de Oxfam International: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/obscene-percent-aid-going-back-pockets-rich-countries>.
- Plataforma Portuguesa das ONGD. (2018). *Cooperação para o Desenvolvimento*. Plataforma Portuguesa das ONGD, Grupo de Trabalho Aid Watch, Lisboa. Obtido em 02 de Outubro de 2023, de <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/ficha-tematica-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento.pdf>.
- Plataforma Portuguesa das ONGD. (3 de Abril de 2020). *OCDE promove diálogo com Organizações da Sociedade Civil*. Obtido em 20 de Setembro de 2023, de Plataforma Portuguesa das ONGD: <https://www.plataformaongd.pt/noticias/ocde-promove-dialogo-com-organizacoes-da-sociedade-civil#:~:text=A%20OCDE%20considera%20as%20OSC%20como%20uma%20das,n%3%ADveis%20significativos%20de%20Ajuda%20P%C3%BAblica%20ao%20Desenvolvimento%20%28APD%29>.
- Saad-Filho, A. (Abril de 2023). *Development Studies cannot become an apology for the status quo*. (E. A. (EADI), Ed.) Obtido em 16 de Maio de 2023, de EADI Blog: <http://www.developmentresearch.eu/?p=1460>.
- Silva, A. L., Bernardo, L. P., & Mah, L. (2021). *O Futuro da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - Fragmentação, Adaptação e Inovação num Mundo em Mudança*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD. Obtido em 02 de Outubro de 2023, de https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/estudo_o_futuro_da_cooperacao_internacional_para_o_desenvolvimento_final.pdf?15:50:30.

- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), pp. 18-42. doi:<https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>.
- Staur, C. (11 de Maio de 2023). *The elephant in the room: In-donor refugee costs*. Obtido em 19 de Setembro de 2023, de OECD Development Matters: <https://oecd-development-matters.org/2023/05/11/the-elephant-in-the-room-in-donor-refugee-costs>.
- Thorstensen, V., & Gullo, M. F. (2018). *O Brasil na OCDE: membro pleno ou mero espectador?* Working Paper 479 – CCGI Nº 08, Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP), Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos (CCGI), São Paulo. Obtido em 08 de Setembro de 2023, de https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23926/TD%20479%20-%20CCGI_08.pdf.
- UN DESA. (2019). *What is 'South-South cooperation' and why does it matter?* Obtido em 14 de Outubro de 2023, de United Nations, Department of Economic and Social Affairs: <https://www.un.org/development/desa/en/news/intergovernmental-coordination/south-south-cooperation-2019.html>.
- United Nations. (2023). *Our Common Agenda – Report of the Secretary-General*. New York: United Nations. Obtido em 05 de Outubro de 2023, de https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/assets/pdf/Common_Agenda_Report_English.pdf.
- UNOSSC. (2020). *United Nations system-wide strategy on South-South and triangular cooperation for sustainable development, 2020–2024*. United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC), Nova York. Obtido em 15 de Outubro de 2023, de <https://www.unsouthsouth.org/wp-content/uploads/2021/04/United-Nations-system-wide-strategy-on-South-South-and-triangular-cooperation-for-sustainable-development-2020%E2%80%932024.pdf>.
- Urinbojev, R., & Eraliev, S. (21 de Abril de 2022). Informal civil society initiatives in non-Western societies: mahallas in Uzbekistan. *Central Asian Survey*, 3(41), pp. 477-497. doi:<https://doi.org/10.1080/02634937.2022.2058915>.
- Whaites, A. (2000). Let's get civil society straight: NGOs, the state, and political theory. Em J. Pearce, & D. Eade (Ed.), *Development, NGOs, and Civil Society. Selected essays from Development in Practice* (pp. 124-141). Oxford: Oxfam GB. Obtido em 03 de Janeiro de 2023, de

<https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/121451/bk-development-ngos-civil-society-010100-en.pdf?sequence=8>.

Woodward, R. (2004). The organisation for economic cooperation and development. *New Political Economy*, 9(1), pp. 113-127. doi:10.1080/1356346042000190411.

Zoccal, G. (2020). Sharing responsibility: jeopardised multilateralism and the growing centrality of Triangular Cooperation. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 63(2). doi:http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202000207.

Anexo A: Instrumentos legais do CAD

Ao todo, 18 instrumentos legais da OCDE foram elaborados no âmbito do CAD, 13 deles atualmente em vigor (OECD, 2023d). Apresentamos abaixo a definição de cada instrumento legal da OCDE e a lista com todos os instrumentos legais do CAD:

Instrumentos Legais da OCDE

Instrumentos Legais	
Decisões	São adotadas pelo Conselho e são juridicamente vinculativas para todos os Membros, à exceção daqueles que se abstêm aquando da sua adoção. Estabelecem direitos e obrigações específicas e podem incluir mecanismos de monitorização.
Recomendações	São adotadas pelo Conselho e não são juridicamente vinculativos. Representam o compromisso político em relação aos princípios que contêm e espera-se que os Aderentes façam tudo o que lhes for possível para as implementar.
Outros Instrumentos Legais	
Documentos de Declaração Substantiva	São adotados pelos Aderentes individualmente listados e não por um organismo da OCDE, como resultados de uma reunião ministerial, de alto-nível, ou outro tipo de reunião realizada no quadro da OCDE. Definem, em regra, princípios gerais ou objetivos de longo prazo e têm caráter solene
Acordos Internacionais	São negociados e celebrados no quadro da Organização. São juridicamente vinculativos para as Partes.
Convénios, Entendimentos e outros	Ao longo do tempo, têm sido elaborados vários outros tipos de instrumentos jurídicos substantivos no quadro da OCDE, tais como o Convénio sobre os Créditos à Exportação Oficialmente Apoiados, o Entendimento Internacional sobre os Princípios de Transporte Marítimo e as Recomendações do Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD).

Fonte: Elaborado a partir de OCDE, p. 14.

Instrumentos legais do CAD

ID	Título	Data	Status
OECD/LEGAL/0466	OECD DAC Declaration on a new approach to align development cooperation with the goals of the Paris Agreement on Climate Change	27/10/2021	Em vigor
OECD/LEGAL/5021	DAC Recommendation on Enabling Civil Society in Development Co-operation and Humanitarian Assistance	06/07/2021	Em vigor
OECD/LEGAL/0458	Recommendation of the Council on Environmental Assessment of Development Assistance Projects and Programmes	26/06/2020	Em vigor
OECD/LEGAL/5020	DAC Recommendation on Ending Sexual Exploitation, Abuse, and Harassment in Development Co-operation and Humanitarian Assistance: Key Pillars of Prevention and Response	12/07/2019	Em vigor
OECD/LEGAL/5019	DAC Recommendation on the Humanitarian-Development-Peace Nexus	22/02/2019	Em vigor
OECD/LEGAL/0431	Recommendation of the Council for Development Co-operation Actors on Managing the Risk of Corruption	16/11/2016	Em vigor
OECD/LEGAL/0386	Recommendation of the Council on Due Diligence Guidance for Responsible Supply Chains of Minerals from Conflict-Affected and High-Risk Areas	25/05/2011	Em vigor
OECD/LEGAL/5018	DAC Recommendation on Good Pledging Practice	07/04/2011	Em vigor
OECD/LEGAL/0381	Recommendation of the Council on Policy Coherence for Sustainable Development	29/04/2010	Em vigor
OECD/LEGAL/0364	Declaration on Policy Coherence for Development	05/06/2008	Revogado
OECD/LEGAL/0343	Declaration on Integrating Climate Change Adaptation into Development Co-operation	04/04/2006	Em vigor
OECD/LEGAL/5017	Paris Declaration on Aid Effectiveness	02/03/2005	Em vigor
OECD/LEGAL/5015	DAC Recommendation on Untying Official Development Assistance	25/04/2001	Em vigor
OECD/LEGAL/5013	DAC Recommendation on Anti-Corruption Proposals for Bilateral Aid Procurement	07/05/1996	Revogado
OECD/LEGAL/0246	Recommendation of the Council concerning an Environmental Checklist for Possible Use by High-Level Decision-Makers in Bilateral and Multilateral Development Assistance Institutions	22/02/1989	Revogado
OECD/LEGAL/0227	Recommendation of the Council on Measures Required to Facilitate the Environmental Assessment of Development Assistance Projects and Programmes	23/10/1986	Revogado
OECD/LEGAL/0220	Recommendation of the Council on Environmental Assessment of Development Assistance Projects and Programmes	20/06/1985	Revogado
OECD/LEGAL/5006	Recommendation on Terms and Conditions of Aid	28/02/1978	Em vigor

Anexo B: Definição de Sociedade Civil para a OCDE e para o CAD

Diferentes documentos publicados pela CAD abordam temas como Sociedade Civil, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Não Governamentais e Espaço Cívico. Sistematizamos na tabela abaixo os conceitos e argumentos de acordo com a publicação de referência (ver item 3.2 do presente relatório), facilitando a compreensão da evolução e mudanças no uso destes termos ao longo do tempo.

Definição de Sociedade Civil para a OCDE e para o CAD

<i>Conceito vs. Documento de referência</i>	How DAC members work with civil society organisations (2011)	Partnering with Civil Society: 12 Lessons from Peer Reviews (2012)	DAC Members and Civil Society (2020)	DAC Recommendation on Enabling Civil Society (2021)
Civil society	-	“Civil society is the multitude of associations around which society voluntarily organises itself and which represent a wide range of interests and ties” (OECD, 2012, p. 7).	“Civil society is the collection of CSOs and other semi-formal and non-formal groupings through which people associate. Civil society is also a sphere or space in which CSOs and other groups interact with each other and with others. (...) Members rarely define civil society. Defining civil society and CSOs is not always straightforward because of the diversity of forms of organisation and association across the civil society sector. However, the absence of a common definition may impede member coherence in implementing the action points offered in this study. Additionally, member definitions of CSOs and civil society that are not broad and	“Refers to uncoerced human association or interaction by which individuals implement individual or collective action to address shared needs, ideas, interests, values, faith, and beliefs that they have identified in common, as well as the formal, semi- or non-formal forms of associations and the individuals involved in them. Civil society is distinct from states, private for profit enterprises, and the family.” (OECD, p. 6)

			inclusive may prevent members from engaging with the range of formal and informal groupings that comprise the civil society sector” (OECD, 2020, p. 17).	
Non-governmental organisation (NGO)	“Although DAC members have traditionally used the term NGO, more are now using the term CSO. The DAC statistical reporting directive, however, uses the term NGO, defined as any non-profit entity without significant government-controlled participation or representation” (OECD, 2011, p. 6).	-	“The DAC defines an NGO as “any non-profit entity in which people organise themselves on a local, national or international level to pursue shared objectives and ideals, without significant government-controlled participation or representation. NGOs include foundations, co-operative societies, trade unions, and ad-hoc entities set up to collect funds for a specific purpose. NGO umbrella organisations and NGO networks are also included” (OECD DAC, 2018, pp. 47-48 ⁵⁹ em OECD, 2020, p. 28).	-
Civil society organisations (CSOs)	“Civil society organisations (CSOs), a broad group that includes non-governmental organisations (NGOs)” (OECD, 2011, p. 6).	“CSOs can be defined to include all non-market and non-state organisations outside of the family in which people organise themselves to pursue shared interests in the public domain. Examples include community-	“The OECD defines CSOs as “non-market and non-state organisations outside of the family in which people organise themselves to pursue shared interests in the public domain. They cover a wide range of	“CSOs are an organisational representation of civil society and include all not-for-profit, non-state, non-partisan, non-violent, and self-governing organisations outside of the family in which people come together to pursue shared needs,

⁵⁹ OECD DAC. (2018). *Converged statistical reporting directives for the Creditor Reporting System (CRS) and the annual DAC Questionnaire*, No. DCD/DAC/STAT(2018)9/FINAL. OECD Publishing: Paris, de [https://one.oecd.org/document/DCD/DAC/STAT\(2018\)9/FINAL/en/pdf](https://one.oecd.org/document/DCD/DAC/STAT(2018)9/FINAL/en/pdf).

	<p>“The definition of CSOs agreed by the Advisory Group on Civil Society and Aid Effectiveness is: “CSOs can be defined to include all non-market and non-state organisations outside of the family in which people organise themselves to pursue shared interests in the public domain. They cover a wide range of organisations that include membership-based CSOs, cause-based CSOs and service-oriented CSOs. Examples include community-based organisations and village associations, environmental groups, women’s rights groups, farmers’ associations, faith-based organisations, labour unions, co-operatives, professional associations, chambers of commerce, independent research institutes and the not-for-profit media” (OECD, 2011, p. 10)</p> <p>“CSOs derive their legitimacy from the values that inform their actions and institutional</p>	<p>based organisations and village associations, environmental groups, women’s rights groups, farmers’ associations, faith-based organisations, labour unions, co-operatives, professional associations, chambers of commerce, independent research institutes and the not-for-profit media” (OECD, 2009⁶¹ em OECD, 2012, p. 7).</p>	<p>organisations that include membership-based CSOs, cause-based CSOs and service-oriented CSOs. Examples include community-based organisations and village associations, environmental groups, women’s rights groups, farmers’ associations, faith-based organisations, labour unions, co-operatives, professional associations, chambers of commerce, independent research institutes, and the not-for-profit media” (OECD, 2010, p. 26⁶² em OECD, 2020, p. 28).</p>	<p>ideas, interests, values, faith and beliefs, including formal, legally registered organisations as well as informal associations without legal status but with a structure and activities” (OECD, p. 6).</p>
--	---	---	---	---

⁶¹ OECD (2009). *Civil Society and Aid Effectiveness. Findings, Recommendations and Good Practice*. Publication Series: Better Aid, OECD Publishing, Paris.

⁶² OECD (2010). *Civil Society and Aid Effectiveness: Findings, Recommendations and Good Practice*. Better Aid. OECD Publishing: Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/9789264056435-en>.

	philosophy, the results they deliver, their expertise and experience, the governance and accountability mechanisms that they have in place, and the transparency of their operations” (OECD, 2009 ⁶⁰ em OECD, 2011, p. 10).			
Civic space	-	-	“Around the world, efforts by various governments to restrict the legal, regulatory and policy space (also called civic space) in which civil society operates have grown. Increasingly, governments are using laws, policies and practices to limit the possibilities for people to come together to improve their everyday lives” (OECD, 2020, p. 16).	“Civic space is the physical, virtual, legal, regulatory, and policy space where people can, among other things, securely exercise their rights to the freedoms of peaceful assembly, association, and expression, in keeping with human rights” (OECD, p. 6).
Importância do trabalho com a sociedade civil e OSC	“Civil society organisations (CSOs), a broad group that includes non-governmental organisations (NGOs), are recipients and channels of significant levels of official development assistance (ODA). They are important actors in development. In 2009, DAC members channelled at least 13% of total ODA to or through NGOs.	"This booklet is about partnerships between DAC members and civil society organisations (CSOs) which can serve many purposes. These include, as reflected in the Busan Partnership for Effective Development Co-operation (2011), supporting the vital role that CSOs play in enabling people to claim their rights, in promoting rights-based approaches, in shaping	“The 2030 Agenda for Sustainable Development is clear on the need to mobilise civil society organisations (CSOs) to implement and uphold accountability for progress towards the Sustainable Development Goals. CSOs fill critical roles. They provide services in development and humanitarian situations, influence policies through dialogue and	“RECOGNISING civil society actors are independent development and humanitarian actors in their own right as well as development co-operation and humanitarian assistance providers’ (hereafter “providers”) implementing partners; RECOGNISING civil society actors, in their diversity, are critical

⁶⁰ OECD (2009). *Civil Society and Aid Effectiveness. Findings, Recommendations and Good Practice*. Publication Series: Better Aid, OECD Publishing, Paris.

	<p>In the same year, NGOs themselves raised at least USD 22 billion according to OECD data” (OECD, 2011, p. 6)</p> <p>“DAC members see CSOs as essential development partners in delivering services, stimulating public debate, encouraging democratic processes and accountability, and strengthening civil society. The proximity to beneficiaries and the ability to respond rapidly to humanitarian crises are important comparative advantages of CSOs” (OECD, 2011, p. 6).</p> <p>“Both DAC members and CSOs identify challenges in working together. DAC members see the high transaction costs of dealing with many small organisations and duplication of activities between donors and CSOs as the main challenges. CSOs see the lack of clear policies, the conditions for funding and lack of meaningful dialogue as the main challenges in their work with donors” (OECD, 2011, p. 7).</p>	<p>development policies and partnerships and in overseeing their implementation, in providing services in areas that are complementary to those provided by states and in contributing to and raising public awareness about global development challenges and results” (OECD, 2012, p. 5).</p> <p>“CSOs and DAC members often share the same objectives of reducing poverty and inequality in developing countries and encouraging democratic processes, including strengthening civil society. DAC members value CSOs as partners when they have grass-roots knowledge of needs in developing countries, expertise in specific sectors, knowledge of public opinion and as advocates for human and civil rights, fighting poverty and environmental degradation, improving public governance and making international policies more development-friendly” (OECD, 2012, p. 7).</p> <p>“CSOs are choice partners for DAC members because they engage with the public as</p>	<p>advocacy, and promote and protect human rights and democratisation. Their ability to reach people on the frontlines of poverty, inequality and vulnerability make them integral to fulfilling the 2030 Agenda promise to leave no one behind. CSOs are important to development co-operation, both as independent development actors and as implementing partners on behalf of members of the OECD Development Assistance Committee (DAC)” (OECD, 2020, p. 11).</p> <p>“Civil society and the civil society organisations (CSOs) in it are important development actors. CSOs fill roles as providers of services in development and humanitarian situations. They contribute to policy development through dialogue and advocacy. They are leaders in the promotion and protection of human rights and democratisation. CSOs are appreciated for their experience, expertise, and quick and flexible response. They are also valued for their ability to identify new as well as longstanding and often systemic obstacles to social, economic and</p>	<p>contributors to the 2030 Agenda, the pledge to leave no one behind, inclusive sustainable development, effective humanitarian assistance, peacebuilding, and protecting and strengthening democracy;</p> <p>RECOGNISING that civil society’s ability to exercise the rights to freedom of peaceful assembly, association, and expression, in-person and online, is in jeopardy in many places and closing civic space is part of a broader concern of diminishing respect for human rights, democracy, and international humanitarian law, in a context of rising autocratisation that has been exacerbated by the Covid-19 pandemic;</p> <p>RECOGNISING that the rise of undemocratic actors and actions undermines fundamental freedoms and human rights and diminishes the enabling environment for civil society” (OECD, p. 5).</p>
--	--	---	--	--

		<p>development actors in their own right and are often credible, independent voices for development action. CSOs and DAC members frequently share similar development goals but may have different comparative advantages, capacity, expertise and financial resources for public awareness-raising” (OECD, 2012, p. 17).</p>	<p>democratic development and for their capacity to innovate, elaborate and implement solutions. CSOs are important to development co-operation, both as development actors in their own right and as implementing partners for members of the OECD Development Assistance Committee (DAC)” (OECD, 2020, p. 16).</p>	
--	--	---	--	--